

Universidade Federal de Santa Catarina

Curso de Licenciatura em Letras-Libras na Modalidade a Distância

Gladis Dalcin

Psicologia da Educação de Surdos



Florianópolis
2009

SUMÁRIO

UNIDADE I - A SURDEZ E SEUS ATRAVESSAMENTOS COM A PSICOLOGIA

1.1 A surdez e o paradigma clínico – um olhar que marca a deficiência

A psicologia e a surdez

A clínica do déficit

A surdez e suas representações: o impacto do olhar deficiente para o sujeito surdo

1.2 A surdez e o paradigma sócio-antropológico – um olhar que marca a diferença

Identidade surda

A surdez e suas representações: o impacto do olhar do diferente para o sujeito surdo

UNIDADE II - CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA DO SUJEITO SURDO

2.1 A língua (gem) e a constituição psíquica

A maternagem

O código caseiro

2.2 O processo de identificação e a constituição do sujeito surdo

O processo de identificação no surdo filho de pais surdos

O processo de identificação no surdo filho de pais ouvintes

UNIDADE III - EFEITOS SUBJETIVOS NA CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA DOS SUJEITOS SURDOS

3.1 Efeitos subjetivos nos surdos que não tem acesso a língua de sinais

Precariedade simbólica

Pensamento voltado para o concreto e para o tempo presente

Compreensão limitada da comunicação e das orientações familiares

Isolamento e exclusão subjetiva

Alienação subjetiva

3.2 Efeitos subjetivos nos surdos que tem acesso a língua de sinais

Apropriação do simbólico

Despertar para a consciência da vida mental

Sentimento de pertencimento a uma língua e uma cultura

Posição subjetiva de estrangeiro na família de origem

Esquecimento dos sinais caseiro

UNIDADE IV - A FAMÍLIA E O SURDO

A descoberta da surdez

Quando os pais vêem o filho como deficiente

Predomínio da língua oral no ambiente familiar

Impotência frente à língua de sinais

Os familiares e a aprendizagem da língua de sinais

UNIDADE V - A ESCOLA E O SURDO**UNIDADE VI - O TRABALHO E O SURDO**

A capacitação profissional do surdo

UNIDADE I - A SURDEZ E SEUS ATRAVESSAMENTOS COM A PSICOLOGIA

1.1 A surdez e o paradigma clínico - um olhar que marca a deficiência

Ao fazermos um resgate histórico da psicologia e sua relação com o sujeito surdo nos deparamos com o movimento iluminista que, segundo Sanches (1990), marca o nascimento da construção científica da surdez. Se até então a surdez estava enlaçada num discurso místico-religioso da Antiguidade e da Idade média onde as narrativas acerca do surdo lhes conferiam um estatuto de ‘imbecilidade’, de ‘semi-animalesco’, de ‘não-humano’, passam [com o iluminismo] a compor o discurso médico que classificava e enquadrava os diferentes.

Sanches segue apontando que estudos clínicos sobre a normalidade e a loucura surgiram com o psiquiatra Philippe Pinel ao introduzir o conceito de enfermidade aos loucos e aos ‘diferentes’. Os surdos passam a compor a categoria de ‘humanos’ ao serem enquadrados na classificação dos ‘diferentes’, porém ‘humanos enfermos’. Entendidos como doentes pela medicina, pela pedagogia e, mais tarde pela psicologia, foram catalogados pelo saber médico que conclui que eram uma ‘sub-espécie’, uma ‘anomalia’ que deveria ser erradicada.

Nesse período foram realizadas várias pesquisas sobre a surdez no intuito de descobrir as causas da mesma, visando seu tratamento e a sua cura. Moura (2000) relata as pesquisas do médico cirurgião Jean-Marc Itard que amparado pela construção do saber científico desenvolveu métodos como: dissecar cadáveres de surdos, aplicar cargas elétricas nos ouvidos dos surdos, usar sanguessugas para provocar sangramentos, furar as membranas timpânicas dos surdos, colocar cateteres nos ouvidos de pessoas com problemas auditivos, entre outros, que resultaram em fraturas de vários crânios, bem como, infecções nos ouvidos e morte.

Essas intervenções e outras, como utilizar métodos de esterilização para evitar a procriação, eram aceitas como procedimentos normais em prol das pesquisas científicas que visavam a erradicação ou a diminuição desse ‘mal’ iniciando um movimento de prevenção da degeneração da espécie humana.

Silva (1997) segue nessa mesma direção ao afirmar que com o advento do século XVIII há um ‘fascínio pela surdez e pela pessoa surda’. Segundo o autor, os filósofos desta época estavam empenhados em definir o que caracterizaria os seres humanos para que fossem considerados humanos. Para responder a essa questão investigaram “selvagens”, crianças criadas

em isolamento, orangotangos e pessoas surdas. Acreditavam que ao observar o “homem natural”, exemplos vivos de seres intocados pela cultura e pela civilização, poderiam apreender a essência do humano. As ‘observações científicas’ estavam baseadas no pressuposto de que a pessoa não possui uma linguagem, a menos que aprenda a escrever ou a falar a linguagem oral.

Paralelo ao interesse científico e filosófico constrói-se no século XVIII a idéia do Estado Unitário onde se defende com fervor a Nação – sua cultura, sua língua,... Com a construção das modernas nações surge a imposição de uma cultura e uma língua dominante sobre populações cultural e linguisticamente heterogêneas.

Conseqüentemente, ao incluir estratégias de identidade de grupo composta por pessoas que se vêem ligadas por uma cultura, uma língua e uma narrativa comuns, amplia-se o conceito de nacionalidade. É nesse ponto – o da linguagem comum – que a surdez e o discurso da incapacitação se encontram com o movimento nacionalista.

Silva (1997, p.10) diz que no caso das pessoas surdas “(...) a língua é uma importante característica definitiva. Diferente da cegueira ou da incapacitação ligadas ao movimento, por exemplo, a surdez é invisível. Ela só se torna visível quando a pessoa surda se envolve em alguma ação comunicativa. O grupo de pessoas surdas define-se como “uma população cuja capacidade distintiva consiste no uso necessário de um sistema lingüístico que não exige comunicação auditiva/oral”.

No interior de uma nação, “eles representam, pois, uma minoria lingüística”. O autor continua dizendo que para ser um cidadão da nação e fazer parte do ‘corpo político’ é impreterível ter um ‘corpo capaz’. Com isso, eliminam-se os “corpos deformados”, “surdos”, “amputados”, “obesos”, “femininos”, “aleijados”, “mutilados” e “cegos”. A pessoa com incapacitação não é vista como pertencendo à nação.

Focando a questão na situação da surdez, essa idéia do ‘corpo incapaz’ propagou a incapacidade do surdo para utilizar a linguagem, reforçou um privilégio infundado do sistema auditivo/oral de comunicação, imputando ao surdo uma suposta deficiência lingüística que determinou uma visão das pessoas surdas como um grupo físico diferente, isto é, como se fossem uma “raça” diferente, culminando com a criação de um racismo da língua. Quando a conversa é gerada pelas mãos e recebidas pelos olhos a maioria das pessoas supõe que não se está lidando com a linguagem como tal.

Podemos inferir que, essas idéias veiculadas amplamente no século XVIII e nos posteriores, estimularam o desenvolvimento das pesquisas patrocinadas pela medicina. Esta, envolvida no discurso dominante, visava a cura da surdez e a sua erradicação. Mas, apesar dos esforços, não teve êxito na descoberta da cura e propôs uma outra forma de intervenção – a reabilitação da fala – visando a correção da anormalidade para evitar a diferença.

Os trabalhos de reabilitação foram amplamente divulgados e orientados pela medicina e pela pedagogia ‘ortopédica’ – termo utilizado por Sanches (1990) ao se referir às terapias reabilitadoras. Com o avanço das descobertas eletroacústicas, a medicina e a pedagogia ‘ortopédica’ aliaram-se à tecnologia e passaram a indicar o uso de aparelhos auditivos como promessa de resgate da audição, reduzindo a surdez à audiologia. Paralelo, surge a psicologia que com seus estudos sobre o comportamento humano passa a desenvolver pesquisas sobre a surdez.

A Psicologia e a surdez

Segundo Sanches (1990) com o advento da psicologia iniciou-se o estudo dos comportamentos dos seres humanos. Estes foram classificados em normais e anormais, sendo estes últimos, enquadrados em determinadas patologias. Junto com a medicina, a psicologia descreveu a psicopatologia de diferentes grupos que em uma ou outra medida estavam segregados a normalidade imposta pela ideologia dominante.

A psicologia compreendia a criança surda como “não é um sujeito normal, ao menos enquanto a uma certa capacidade de recepção sensorial... É um sujeito que, em uma determinada medida, é outro, em que a vida mental e o conjunto da personalidade estão diferentemente organizados” (Petit, 1971). Sendo assim, a psicologia partia da premissa que a perda da audição é causa de condutas anormais.

Baseada nos estudos da filosofia oralista, da medicina e da ‘pedagogia ortopédica’, a psicologia ancorou seus estudos a partir do critério de normalidade pela média estatística, para definir comportamentos, funções psicológicas superiores como linguagem, pensamento e inteligência e aspectos do desenvolvimento das crianças surdas. Esse [o desenvolvimento] estava atravessado pela idéia da incapacidade, direcionando os estudos para o rebaixamento e a anormalidade e, traziam as indicações terapêuticas que, obviamente, visavam à reabilitação.

Ao propor intervenções a partir de um órgão tido como falho no caso o ouvido, que necessitava de reabilitação para “adaptação” ao meio - a psicologia colocou o surdo na dimensão

da medicina onde o corpo físico é privilegiado, levando a procura minuciosa das causas orgânicas, deixando de lado o aspecto subjetivo do corpo, reforçando as manipulações puramente corporais do surdo, reduzindo-o a um órgão [no caso um ouvido], tornando-o um corpo máquina que precisa continuar funcionando a todo custo, apesar de uma peça estar defeituosa. Acreditava-se que um ouvido patológico é para sempre um ouvido enfermo.

Este posicionamento testemunha o movimento etnocêntrico - movimento que considera sua cultura o modelo para todas as outras, superior às demais culturas - vinculado à ideologia dominante de não levar em consideração as diferenças de identidade, cultura e lingüísticas. O movimento etnocêntrico buscava o nivelamento das identidades, deixando claro o não reconhecimento do sujeito surdo, de sua língua, sua cultura, sua identidade.

Deste modo, baseada no modelo da medicina, a psicologia absorveu o discurso clínico que cataloga e classifica o surdo como “enfermo” e o inclui no rol das deficiências, descrevendo-o como “incapaz”, “impossibilitado”, “defeituoso”, “anormal”, “inferior”, resumindo-o como portador de um par de orelhas não funcionais, “audição defeituosa”, “deteriorização auditiva”, entre outras, culminando com a designação de “deficiente auditivo”.

Além da definição de deficiente auditivo, o discurso clínico também descreveu o surdo como “surdo-mudo” ou “mudo”, desconsiderando que o surdo não apresenta nenhum problema no órgão da fala (só não fala por que não escuta) e que não é mudo já que fala em língua de sinais.

Essa confusão pode ser entendida desde a origem da palavra surdo. Etimologicamente, a mesma vem do latim (*surdus*) e no grego (*kophós*) designativo de uma situação dupla: o homem que não escuta e o homem que não é entendido. Também indica o entorpecido, passando a significar, depois de Homero, o mudo, onde sua origem está no verbo (*kopháomai*), referente ao ato de ficar mudo, ser estúpido ou insensível.

Na primeira designação ‘o homem que não escuta e o homem que não é entendido’ há uma referência à qualidade daquela pessoa que, por sua singularidade, a diferencia das demais. Já após Homero, com a significação de ‘mudo’ introduz-se um equívoco, ou seja, de que o surdo não fala e, aprofundando mais, que a fala é entendido no âmbito único da oralidade. Também, introduz-se a idéia de dupla falta: incapacidade física (órgão auditivo defeituoso) e incapacidade emocional (‘estúpido e insensível’).

Ao serem catalogados como enfermos e participantes do discurso da medicina [os surdos] passam a compor o modelo da medicalização, uma das principais formas de intervenção da medicina. Skliar (1997) diz que o modelo da medicalização da surdez, através das terapias reabilitadoras, com enfoque corretivo se ampliou para o pedagógico no início do século XX e permanece até hoje.

Medicalizar a surdez significa “(...) orientar toda a atenção à cura do problema auditivo, à correção de defeitos da fala, ao treinamento de certas habilidades menores, como a leitura labial e a articulação; (...) E significa também opor e dar prioridade ao poderoso discurso da medicina frente à débil mensagem da pedagogia, explicitando que é mais importante esperar a cura medicinal – encarnada atualmente nos implantes cocleares – que compensar o déficit de audição através de mecanismos psicológicos funcionalmente equivalentes” (Skliar, 1997, p.111).

Desse modo, percebemos que tanto a medicina quanto a psicologia mostraram-se “surdas” às questões da constituição psíquica do sujeito surdo, ou seja, não levando em consideração a importância de o sujeito ter acesso a uma língua que o permita estabelecer contato com a cultura a qual está inserido e, conseqüentemente, ter recursos para interagir com mundo simbólico pela aprendizagem da linguagem, possibilitando o processo de humanização através do convívio humano.

Infelizmente, a psicologia voltada para o olhar clínico não reconhecia a existência de uma modalidade diferente de língua - a língua de sinais. Esta era considerada como uma modalidade de comunicação insuficiente e transitória que a criança utilizava antes de dominar as palavras. Um conjunto de sinais quase instintivos, ‘mímica’, ‘comunicação inferior’, ‘gestos bobos’, ‘maldita’, sinais imediatos e universais parecidos com a linguagem dos homens pré-históricos do início da humanidade. Uma série de gestos que imitavam os aspectos visuais da realidade, comparando-a com a linguagem dos macacos devido a ser entendida como não satisfazendo as necessidades da linguagem humana.

Como conseqüência do não-reconhecimento da língua de sinais como a língua natural da comunidade surda e essencial para a constituição psíquica do sujeito surdo, a psicologia reforçou os conceitos da medicina e da pedagogia ortopédica que excluía o corpo psíquico - o sujeito - e priorizavam o corpo orgânico – o ouvido, reduzindo o surdo a um corpo físico, defeituoso que deveria ser consertado para estarem adaptados as exigências do social.

A clínica do *déficit*

A clínica do *déficit* baseia-se na premissa de que as operações mentais são derivadas por estímulos provocados pelas percepções vivenciadas pelos sentidos. A falta ou deficiência de um dos sentidos provoca, automaticamente, uma alteração na integração entre os diversos sentidos, interferindo de modo significativo nas operações mentais.

No caso da audição que é considerada um dos principais sentidos responsáveis pela aquisição da linguagem e, estando a linguagem diretamente ligada ao desenvolvimento do pensamento, memória e raciocínio, acreditava-se que haveria um prejuízo/distorção no desenvolvimento dos processos psicológicos, inviabilizando a percepção e vivência da plenitude das operações mentais.

Afirmava-se que pelo fato do surdo ser privado de audição, desenvolveria um universo restrito com empobrecimento psicológico das diversas áreas afetadas, ocasionando dificuldades na compreensão, interiorização e articulação da linguagem, no pensamento abstrato, na elaboração de conceitos, percepção espacial, problemas psicomotores, sociabilidade e na formação da personalidade, culminando num desenvolvimento anormal, interferindo no desempenho do indivíduo, de sua conduta, adaptação e também na estruturação de seu comportamento na sociedade em que estava inserido.

Portanto, a ausência do sentido da audição converteu-se em um tipo de deficiência grave que deveria ser tratada precocemente para evitar danos irreparáveis no surdo, principalmente se a surdez fosse pré-linguística, ou seja, quando o surdo não teve nenhum contato com a língua oral. Além dos ‘defeitos auditivos’ apontados acima, às pessoas surdas eram imputados com frequência outros comprometimentos como: portadoras de lesões cerebrais, afásicas, epiléticas, com visões deterioradas entre outros.

Lane (1992) relata que os estudos psicológicos envolveram rigorosa avaliação com o propósito de comprovar a anormalidade das funções psicológicas – pensamento, linguagem, memória, inteligência e psicomotricidade. Para o desenvolvimento das avaliações os surdos foram submetidos a exames neurológicos completos, testes psicométricos, de atenção, de memória, de motricidade fina e grossa, coordenação viso-motora, lateralidade, testes de personalidade... Estes estudos concluíram que a perda auditiva era a causa de numerosas condutas anormais no âmbito social, cognitivo, comportamental e emocional.

No âmbito cognitivo os estudos concluíram por um prejuízo no desenvolvimento da capacidade mental dos surdos. Foram apontados *déficits* nos níveis intelectuais, classificando os surdos como inferiores aos ouvintes no QI – coeficiente intelectual. Atribuíram falha nos processos perceptivos, uma inteligência diferenciada para os surdos, classificando-a como concreta, afetando as funções de caráter simbólico-verbal e de memória. Ainda, concluíram por um baixo rendimento escolar, apresentando defasagem em cálculos aritméticos e ortográficos.

No âmbito social os surdos foram compreendidos posição de inferioridade já que a surdez afetava severamente a área da comunicação e, conseqüentemente, do desempenho em relação à convivência social esperada pela sociedade, caracterizando um *déficit* social. Como os surdos interagem com a comunicação oral de modo precário concluiu-se que os mesmos apresentavam dificuldades de sociabilização, estabelecendo relações sociais menos adequadas que os ouvintes normais. Alguns estudos se referiam à preferência dos surdos se agruparem com seus pares como algo negativo, reforçando a idéia de dificuldade de relacionamento social com a sociedade.

Também foram estudados os *déficits* motores a qual foram imputados aos surdos um desenvolvimento físico desarmônico, com dificuldades no equilíbrio - “defeitos de equilíbrio”, e na orientação espacial. Além disso, apontaram para as alterações no ritmo da fala (modulação tônica), dificuldades respiratórias, hiperatividade, entre outros. Os estudos desses aspectos resultaram na afirmativa de que os surdos possuem limitações no corpo que levam a um controle motor precário, tendo como conseqüência um prejuízo no desenvolvimento global harmônico.

Os estudos a respeito dos *déficits* emocionais dos surdos concluíram que a falta de linguagem acarretava na falha do desenvolvimento das estruturas emocionais. A privação da audição gerava isolamento, introspecção, imaturidade, instabilidade, apatia, irritabilidade, impulsividade, cólera, agressividade, dependência, insegurança, ansiedade, egocentrismo, reações psicóticas, desmotivação, distração, rigidez de juízos e opiniões, pobreza de estruturas associativas e conceituais, prejuízo no desenvolvimento da personalidade e no processo de identificação. As características emocionais descritas acima foram consideradas patológicas e influenciando o desenvolvimento global dos surdos.

Os resultados das pesquisas acima citadas conduziram a psicologia a afirmar que os surdos não se comportavam conforme os critérios de normalidade. A partir disso, descreveu comportamentos atribuídos a sua natureza patológica e propôs as indicações de tratamento e as instituições que deveriam fazê-lo.

Para organizar a classificação das doenças a psicologia se serviu de seus instrumentais técnicos como: observações e entrevistas clínicas, anamneses, psicoterapia e testes psicológicos.

Lane (1992) e Sanches (1990) denunciam as limitações que envolviam esses procedimentos, já que os pesquisadores, em sua maioria, não utilizavam a língua de sinais no momento da aplicação dos testes. Em relação aos testes psicológicos apontam:

- 1) Dificuldade do examinador em comunicar as instruções para a realização do teste. Na ânsia de auxiliar, muitas vezes, o examinador fazia uso de pantomimas (gestos) para orientar a criança ou adulto surdo sobre a realização do teste. Em geral, essa forma de comunicação se mostrava confusa e incompleta;
- 2) Por não ter fluência na língua oral, os surdos não conseguiam perceber claramente as instruções;
- 3) Os surdos não conseguiam compreender o conteúdo dos testes devido a maioria destes estar na modalidade escrita da língua oficial do país e, em geral, com uma escrita mais elaborada (erudita);
- 4) Afora os testes psicométricos, onde o método de pontuação é objetivo, os testes de personalidade são testes subjetivos e o método de pontuação é subjetivo, ou seja, podendo o examinador influenciar as pontuações.

Lane (1992) estende as dificuldades apontadas acima também para as entrevistas clínicas, para as anamneses e outros procedimentos de coleta de dados para a formulação do diagnóstico. Ao proceder a uma análise dessa problemática diz que se é fato que a maior parte dos surdos não pode se fazer compreender pela fala e, na contrapartida, não tem fluência na língua oral, conclui que é possível que se realizem diagnósticos equivocados. Exemplifica contando um caso real acontecido em 1987.

(...) em 1987 um juiz de um tribunal de alta instância de Washington, D.C., ordenou que Matti Hoge, uma mulher de 75 anos fosse libertada da instituição para retardados onde tinha sido internada pelos pais adotivos em 1930. Responsáveis da instituição afirmaram que ela tinha um QI de 34 quando fez os testes de admissão, mas recentemente os testes mostraram que tem um QI quase normal. Durante os últimos 15 anos de seu encarceramento, a senhora Hoge vivia numa divisão com os pacientes mais retardados; ela sabia a ALS, mas não podia se comunicar com os outros residentes ou com o pessoal de serviço. (LANE, 1992, p. 61)

Outro aspecto importante a ser analisado nas avaliações realizadas pela Psicologia é o fato da mesma, em seus estudos, tomar todos os membros da comunidade surda como homogêneos, desconsiderando a singularidade dos sujeitos surdos envolvidos. Os resultados baseados na média

foram divulgados sem levar, em muitas situações, os diferentes grupos formados por surdos, ou seja, diferentes graus de perda auditiva, escolaridade, sexo, idade, classe social, língua que utilizam para sua comunicação, entre outros. Para o autor, essa constatação inviabiliza a generalização dos resultados.

Sendo assim, afirma que para haver uma avaliação séria o examinador deveria ser fluente na língua de sinais e conhecedor dos aspectos comunicativos, cultural e social da comunidade surda. Como, em geral, essa não é a realidade, a classificação é baseada em padrões que não são adequados aos surdos, culminando em diagnósticos equivocados. Assim, dificuldades na administração, leitura e interpretação dos testes, bem como, conteúdo e normas impróprias para surdos levam a supor que as estimativas relativas à incapacidade dos surdos não se mostram seguras, já que não existem critérios fiáveis e válidos para diagnosticá-las.

A surdez e suas representações: o impacto do olhar da deficiência para o sujeito surdo

Constatamos que ao longo da história da surdez as primeiras narrativas em relação aos surdos eram de caráter místico-religioso e, posteriormente, narrativas científicas. Estas, ao privilegiar o estudo do órgão (ouvido) e compreendê-lo como defeituoso/deficiente disseminaram a idéia da “incapacidade de ouvir”. A esta, ampliou-se para a incapacidade de compreender, de falar, de realizar trabalhos acadêmicos, de desempenhar atividades intelectuais e de socializar-se com as demais pessoas, entre outras. Desse modo, o termo deficiência abrangeu um efeito total sobre o indivíduo em todos os aspectos de sua vida.

Essas narrativas levaram a uma representação social de incapacidade, de pessoas de classe inferior que teve reflexos graves tanto a nível individual quanto coletivo. Sob a alegação dos estudos científicos, das descobertas tecnológicas (aparelhos auditivos,...) instituiu-se uma verdade tida como universal que teve reflexos profundos na comunidade surda marcando um massacre social, político, econômico, educativo, lingüístico e cultural dos surdos.

Com a luta de alguns surdos que não sucumbiram a um processo de alienação (implícito na proposta do Congresso de Milão ao propor o desmantelamento das escolas de surdos) as comunidades surdas conseguiram sorratamente manter viva a língua de sinais e, com isso, garantir uma identidade, mesmo que em muito fragmentada de si e de seu grupo. Mas, apesar dessa luta, a cultura foi muito prejudicada.

As proibições das manifestações culturais da comunidade surda pelos ouvintes que

detinham o poder caracterizaram-se como um profundo desrespeito ao ser humano. Manifestações culturais como: teatro, piadas, brincadeiras... e manifestações intelectuais como: livros, encontros... foram violentamente atacadas. Como conseqüências encontraram pouquíssimas produções culturais/intelectuais de surdos.

Atualmente, a comunidade surda, através do resgate de sua cidadania, apresenta um reencontro com sua cultura e sua história, reescrevendo-a sobre seu olhar, reivindicando o direito legítimo de falar sobre si mesmo, visando romper com a descrição, classificação e o rotulo de comportamentos imputados a si e que a transformaram em incapacitada, arrancando-lhe o direito de viver em liberdade e de ter escolhas e possibilidades de futuro.

Percebemos que a filosofia oralista veio, junto com a medicina, responder positivamente a representação social que negou a legitimidade da existência da comunidade surda ao introduzir a concepção da deficiência, expropriando o surdo de sua história, de seu corpo e de sua vida. Como conseqüência, houve a desestruturação da comunidade surda, fragmentando sua herança cultural comprometida pela proibição do uso de sinais e separação dos grupos de surdos.

Lane (1992, p.85) aponta que essa repressão tão intensa da língua e da cultura surda imposta sobre os membros da comunidade surda acarretou na aceitação da representação da incapacidade por parte de alguns surdos que, em geral, ficaram isolados do convívio com seus iguais. O autor diz:

[...] Se a comunidade dos surdos rejeita a sua realidade histórica, social, lingüística, cultural e se por outro lado adota o modelo de enfermidade, se ela age em termos que validam e reforçam as práticas correntes de avaliação, as quais decretam a sua incapacidade sensorial e psicológica, as práticas correntes de uma educação simulada, a qual tem como objetivo ensinar à criança o seu papel numa sociedade normal, a qual põe em prática as cruéis proezas tecnológicas nessa criança se a comunidade dos surdos optar ainda por juntar a sua legitimidade poderosa ao discurso sobre a enfermidade dos surdos, então essa comunidade tomar-se-á na realidade incapacitada.

Para o surdo que não teve a oportunidade de conviver com a comunidade surda encontra apenas diferenças na sociedade que vive e, marcado pelo discurso clínico da classificação nosológica, onde é nivelada igualmente nas categorias independente da raça, classe social, gênero... encontra-se impossibilitado de construção subjetiva que leve em consideração sua singularidade e a construção de uma identidade que lhe possibilite o pertencimento a um grupo.

Embora essa é uma realidade, felizmente alguns surdos mais velhos lutaram valentemente contra a imposição da língua oral e da cultura dominante e foram passando de geração a geração a língua e a cultura surda evitando o desmantelamento total da comunidade surda. Os surdos que

tiveram a oportunidade de estabelecer contato com a transmissão lingüística e cultural conseguiram manter viva a chama da esperança de um dia retomar o espaço que o Congresso de Milão lhes tomou. E, isso se tornou realidade com o advento de um novo paradigma, o paradigma sócio-antropológico.

1.2 A surdez e o paradigma sócio-antropológico - um olhar que marca a diferença

Uma visão diferente, a sócio-antropológica aponta para uma mudança de visão sobre a surdez. Visão que se expressa num contexto de respeito à diferença, indo na contramão da concepção da deficiência proposta pelo paradigma clínico.

Pinto (2001) diz que a visão sócio-antropológica se expressa para que os sujeitos sociais valorizem, exponham suas diferenças e suas culturas específicas em busca de afirmação cultural. É um movimento social contra todas as ações que não consideram as diferenças da vida social. É o reconhecimento da diferença buscando o direito de cada um conviver com suas características próprias, de fazer valer os direitos civis, lingüísticos, culturais, étnicos, religiosos entre outros. As diferenças culturais constroem, nos espaços multidimensionais do mundo contemporâneo, a possibilidade da existência de novas identidades e subjetividades.

Bueno (1999) coloca que pensar a diferença remete a: 1) a surdez, como uma característica de uma parcela da população, que não pode ser encarada pelo ângulo tradicional da medicina que a caracterizou como deficiência; 2) a surdez acarreta uma diferença básica de linguagem onde a língua de sinais é encarada como a expressão natural da comunidade surda; 3) o fato de possuir uma língua numa modalidade espaço-visual remete os surdos a uma cultura própria.

Segundo Gonçalves & Silva (1998) os Estudos Culturais e no Multiculturalismo marcam esses pressupostos ao propor a pluralidade de experiências culturais na construção de novas subjetividades.

Cercada de apoio em vários territórios teóricos como a antropologia, a sociologia, a lingüística e outros, a visão sócio-antropológica foi ganhando espaço. Entre eles, a psicologia, que sob este enfoque é remetida para a dimensão subjetiva possibilitando um trabalho de escuta do sujeito surdo e de sua comunidade. Essa escuta sobre o que o surdo e sua comunidade têm a dizer mostrou-se fundamental para se reconduzir as intervenções psicológicas, que passaram a

levar em consideração a singularidade dos sujeitos e as peculiaridades lingüísticas e culturais do mesmo e de sua comunidade.

O olhar para as diferenças parte do princípio de que ao nascer, o homem, é precedido pela linguagem e imerso em um mundo simbólico/cultural que fala dele, ou seja, diz quem ele é, os valores da comunidade a que pertence, situando-o. A língua que aprende, a maneira que se alimenta, o jeito que senta, que anda, que brinca... está codificado, ficando submetido a regras que dirigem seus movimentos. Essas regras são necessárias para ser possível o convívio em comunidade e vão se modificando com a criação de novas formas de viver, uma vez que o homem é dotado de inúmeras potencialidades que necessitam ser constantemente atualizadas para viver e sobreviver mediante o complexo processo evolutivo.

A linguagem, então, perpassa esse complexo evolutivo e vem em sua origem como consequência da necessidade de transformar a natureza, através da cooperação entre os homens, por meio de atividades produtivas que garantam a sobrevivência do grupo social. Com ela foi possível ao homem agir, ampliando as dimensões de espaço e tempo. Produto de uma coletividade, a linguagem, reproduz através dos significados, das palavras e/ou sinais, valores associados a práticas sociais que se solidificaram. Dito de outro modo, a linguagem reproduz uma visão de mundo, produto das relações que se desenvolveram a partir do trabalho produtivo, para a sobrevivência do grupo social.

Reportando essas considerações para a surdez Marques (1998) diz que a forma como o surdo apreende o mundo é pela visão. Apresenta um pensamento que atravessa idéias e comportamentos através de uma linguagem que existe pelas imagens e representações mentais que informam a percepção de acordo com características intelectivas próprias.

A visão é o principal canal de processamento de esquemas de pensamento que propicia a aquisição, construção e expressão de conhecimento, valores e vivências que levam a uma concepção de mundo própria. A linguagem visual para o sujeito surdo é a sistematização e o produto de seu desenvolvimento cognitivo e histórico, tornando-se instrumento para a formulação de generalizações que facilitam a transição da reflexão sensorial espontânea para o pensamento racional através do uso dos sinais.

Os surdos têm na língua de sinais sua maior expressão. É através dela que se comunicam livremente, sem limites, elaborando hipóteses sobre o mundo e as próprias idéias e pensamentos sobre os diversos conceitos. A língua de sinais não é apenas um meio de comunicação, é um

conjunto de conhecimentos culturais, um símbolo de identidade social, da história e dos valores e costumes dos surdos.

Quadros (1997, p.47) define as línguas de sinais como “(...) *sistemas lingüísticos que passaram de geração em geração de pessoas surdas. São línguas que não se derivaram das línguas orais, mas fluíram de uma necessidade natural de comunicação entre pessoas que não utilizam o canal auditivo-oral, mas o canal espaço-visual como modalidade lingüística*”.

Behares (1997) coloca que o uso da língua de sinais possibilita para as pessoas surdas um símbolo de pertencimento a um grupo social próprio. Por detrás deste ‘símbolo’ encontra-se um conjunto complexo de sentimentos, crenças e culturas que permitem a união grupal e a elaboração de objetivos comuns de vida.

Sacks (2002) diz que os surdos têm um interesse especial, intenso, em sua própria língua. Exalta-na em termos afetuosos e reverentes e a consideram uma parte íntima, indissociável de seu ser, algo de que eles dependem. A língua de sinais é fundamental para a identidade comum dos surdos, é uma criação pessoal dos surdos como grupo e, é o código que pertence totalmente a eles.

Portanto, a língua de sinais é fundamental para o surdo tanto a nível individual quanto coletivo. Nesse sentido Ströbel (1995) afirma que enquanto houver um surdo no mundo a língua de sinais e a cultura surda não desaparecerão. Ao usar a língua própria e compartilhar crenças, costumes e valores característicos de sua condição de surdos a comunidade surda vai dando corpo a sua cultura e a sua história.

Carol Padden (1997, p.42) define: “(...) *uma comunidade surda é um grupo de pessoas que mora em uma localização particular, compartilha as metas comuns de seus membros, e, de vários modos, trabalha para alcançar essas metas*”. Mas propõe que se amplie essa definição dizendo que uma comunidade surda pode ser composta por pessoas ouvintes que estejam participando dos grupos surdos. Porém, a cultura surda é própria dos surdos.

A comunidade surda é diferente das outras porque tem uma língua própria – a língua de sinais – e, por esta estar numa modalidade espaço-visual, marca uma visão de mundo diferente da modalidade oral-auditiva. Com isso, tem costumes, história e cultura própria, tendo como finalidade maior a luta pela existência. Essa luta comum remete ao sentimento de “nós” – sentimento de participação coletiva em uma unidade indivisível – muito forte nos grupos. O sentimento de que cada um tem um papel a desempenhar para contribuir na organização social,

econômica, política... expressando a condição de membro de uma comunidade no todo. Esses sentimentos se por lado, levam a uma certa dependência à comunidade, por outro, dão origem a usos comuns como prova de união e marcas que distinguem àquela comunidade de outras.

Devido à existência de uma comunidade de surdos com sua própria linguagem e cultura, existe um âmbito cultural, no qual ser-se surdo é não ser-se incapaz, muito pelo contrário, ser-se surdo no comportamento, valores, conhecimentos e ser-se fluente em ASL é considerado, como já vimos, um privilégio na cultura surda. Se respeitarmos os direitos dos cidadãos de outras culturas, incluindo aqueles que fazem parte do nosso país, a terem as suas próprias normas regulamentares, as quais podem ser diferentes das normas (podendo, contudo, recusar fazê-lo, correndo o risco de estarmos a ser ingênuos, apenas por que acreditamos que tal não é possível), então também devemos reconhecer que a surdez da qual falo não é uma enfermidade, mas apenas outro modo de estar e de ser. (LANE, 1992, p. 35).

Identidade surda

As identidades são socialmente construídas e vêm sempre mediadas pelo discurso, deslizando pela linguagem.

A primeira noção de identidade vem da dualidade igualdade X diferença. O indivíduo constitui-se no processo de igualar-se e de diferenciar-se do outro e dos diversos grupos sociais. O conhecimento de si mesmo vem do reconhecimento recíproco dos indivíduos identificados através de um determinado grupo social, com sua história, suas normas, seus interesses. Enfim, através das relações que estabelecem seus membros entre si e com o meio que vivem: seu agir, trabalhar, fazer, pensar, sentir.

O caráter temporal da identidade fica restrito a um momento originário, quando o sujeito se torna algo, por exemplo, “sou surdo”. Desde esta identificação, o sujeito marca uma posição subjetiva, que o determina em sua existência.

É do contexto histórico e social em que o homem vive que decorrem suas determinações e, conseqüentemente, emergem as possibilidades ou impossibilidades, os modos e as alternativas de identidades.

O movimento surdo tem como conseqüência a construção da identidade que se transforma em ação política, uma vez que, os objetivos são de busca dos direitos enquanto cidadão. A luta empreendida é para assegurar os direitos civis, direitos a uma educação que leve em conta a cultura e a comunidade surda, o direito ao trabalho, reconhecimento social e oficial da língua de sinais como a língua natural dos surdos.

Todos os surdos que fazem uso da língua de sinais, mesmo sendo ela excluída dos

processos escolares e familiares, encontram formas de interagir com o mundo por meio dela. Embora se sintam de algum modo, estigmatizados nas relações com os ouvintes, vários sujeitos surdos identificam-se com a comunidade surda e com a língua de sinais. Essa condição possibilita maiores chances de que venham alterar uma visão estigmatizada de si mesmos, pois mesmo com as ambigüidades vão construindo a convicção de que a língua de sinais é indispensável aos intercâmbios, aos aprendizados e a construção de sua identidade.

Para adquirir uma identidade surda e tornar-se membro desta comunidade é necessário conviver com os surdos, freqüentando escolas, clubes, associações de surdos... Esse contato é fundamental para que haja uma identificação e para que a criança surda venha a se constituir um sujeito surdo.

Todo ser humano tem necessidade de contato com sua comunidade, com seus iguais para a partir disso, poder estabelecer as diferenças. Dentro de sua comunidade o surdo tem a possibilidade de identificar-se com seus iguais através da interação entre seus membros.

Os surdos que desde cedo se integram na comunidade surda consideram-se pessoas essencialmente visuais, com uma linguagem visual, uma organização social, uma história e com valores culturais que lhe são próprios, assegurando uma teoria sobre o mundo e a formação de uma identidade pessoal.

Já, os surdos que permanecem como ouvintes ficam divididos entre duas culturas onde, de um lado não são bem aceitos pelos ouvintes por não conseguirem ser iguais a eles e, por outro lado, não são bem aceitos pelos surdos por terem incorporado valores ouvintes divergentes aos deles. Estes surdos ficam durante toda sua vida sem uma comunidade, uma cultura e uma identidade grupal e pessoal.

Assim, a identidade constrói-se a partir de um conjunto de experiências e valores, expressos em uma língua compreensível a todos os membros do grupo, sendo então uma construção coletiva.

Skliar (1999) afirma que ser surdo não supõe a existência de uma identidade surda única e essencial a ser revelada a partir de alguns traços comuns e universais. As representações sobre identidades mudam com o passar do tempo nos diferentes grupos culturais, no espaço geográfico, nos momentos históricos, nos sujeitos. Por isso, é necessário ver a comunidade surda de forma plural, ou seja, encontra-se surdo rico e pobre, branco e preto, com estudo e sem estudo, gaúcho e nordestino, homem e mulher...

A surdez e suas representações: o impacto do olhar do diferente para o sujeito surdo

Atualmente a comunidade surda vem em várias partes do mundo, propondo um movimento de desconstrução das narrativas clínicas que levaram a representação social da deficiência para um olhar da surdez como diferença.

Há muitos estereótipos acerca da surdez e os surdos vêm lutando para provar que não são verdadeiros. Como já foi descrito anteriormente há três estigmas sobre a surdez que estão profundamente enraizados na sociedade e que vêm marcados pela clínica do *déficit*. São eles:

- 1) físico: são considerados fisicamente deficientes por não falarem. Privilegia-se a oralização frente a gestualização;
- 2) psicológico: liga-se a língua de sinais a um discurso simples que vem de uma mente simples interligando-se linguagem e inteligência. A surdez é, então, uma deficiência do intelecto. O “surdomudo” é fraco de mente; e
- 3) social: são deficientes sociais onde se lhes delegam uma série de distúrbios emocionais e de comportamentos.

Segundo Botelho (1998) para se repensar as representações acerca da surdez deve-se tomar desde a definição da mesma que envolve quatro dimensões inter-relacionadas:

- 1) dimensão política: é necessário refletir sobre as construções históricas e políticas que dão vida à diferença da surdez;
- 2) dimensão ontológica – visual: é o registro, a circulação de significados, o consumo e a produção de uma cultura e comunidades visuais,
- 3) múltiplas identidades – impõe uma visão das fragmentações próprias de todo grupo social;
- 4) localização da surdez: estabelecimento das fronteiras nos discursos hegemônicos. A surdez está localizada na deficiência, na patologia. Despatologizá-la é levá-la para outros discursos, vinculados a outras linhas: estudos culturais, multiculturalismo.

A retomada da terminologia – surdo – definida como “aquele que não ouve, ou quase não ouve” não encontra nesse movimento de desconstrução a conotação da deficiência. Apenas refere uma qualidade daquela pessoa que a diferencia das demais. Diferença essa entendida a nível cultural e não patológico. Desse modo, entender que os surdos fazem parte de outra comunidade lingüística é encará-lo como diferente uma vez que sua visão de mundo passa pelo canal espaço-

visual. É também respeitá-lo em sua cultura e em seus direitos a uma vida digna enquanto cidadãos de uma comunidade minoritária. É devolver-lhe a voz que lhes foi roubada para poderem usufruir seus direitos de cidadãos.

Perlin define o sujeito surdo como: a denominação de sujeito surdo é o termo que o surdo se atribui. Um termo que compreende sua especificidade em uma temporalidade, uma cultura própria. Ele não quer o termo deficiência auditiva que lhe é dado pelas diversas clínicas, visto negar sua identidade como surdo, bem como sua cultura, caracterizando-o como deficiente. Ser sujeito surdo é algo que se constrói que se aprende gradativamente. (BERGAMASCHI e MARTINS, 1999, p.34).

Reivindicar o direito dos grupos e dos indivíduos de poderem descrever a si próprios sua comunidade, de falarem do lugar que ocupam, de colocarem a sua versão da história, de escreverem a narrativa que os definem como participante da história é legítimo. Cabe, então, a comunidade surda se diferenciar por uma linguagem espaço-visual própria e uma visão de mundo espaço-visual, poder definir-se e narrar-se.

Ao propor o rompimento com a idéia de que a linguagem depende da capacidade de falar ou escutar e com o fato de que a capacidade de falar/ouvir está bloqueada e impede que o cérebro humano processe outro canal de comunicação vinculado à organização viso-espacial, remete a construção de um olhar que afirma que os surdos podem adquirir e desenvolver eficientemente, uma comunicação simbólica através de uma língua tão legítima quanto qualquer das línguas orais: a língua de sinais.

As discussões a partir do olhar das diferenças denunciam os equívocos na história dos surdos, desconstruindo conceitos herdados do iluminismo, calcados em verdades absolutas, universais, globalizadoras e classificatórias. Além disso, proporciona o resgate de uma dívida moral e científica para com a comunidade surda que, presa ao paradigma clínico, estigmatizou e marginalizou a comunidade surda. O surdo foi, conforme vimos, por décadas, classificado como incapacitado e jogado no território da medicina que o tornou 'enfermo', causando-lhe prejuízos sociais, educacionais, políticos, econômicos, lingüísticos e culturais graves. Graves pelo não reconhecimento de sua existência enquanto sujeito psíquico e sim pela sua redução a um par de orelhas 'danificadas' que necessitava de reabilitação.

Sabemos que pelo fato de terem sido compreendidos como deficientes foram privados de sua língua, veículo fundamental para sobrevivência de um grupo social. A língua e cultura foram

estigmatizadas ficando com um lugar marginal entre as diversas línguas e culturas. Também a condição de ser surdo foi marginalizada com a patologia da surdez.

Com o paradigma sócio-antropológico emergiu o reconhecimento da língua de sinais e de sua importância para a constituição psíquica do sujeito surdo. Conseqüentemente, os surdos têm seu desenvolvimento cognitivo, linguístico, social e cultural garantido, possibilitando o pleno uso de seu potencial enquanto sujeito constituído psiquicamente por uma modalidade diferente e, não deficiente.

Com o resgate da língua de sinais os surdos passaram a se reorganizar enquanto grupo através das associações, clubes, etc. Paralelamente, os movimentos surdos que através da promoção de eventos, participação na luta pelos direitos das pessoas surdas a educação, saúde, trabalho,... vêm nas últimas décadas se solidificando e promovendo um espaço cada vez maior na sociedade. Como saldo positivo, encontramos hoje:

- 1) Direito a receber educação na língua de sinais em várias escolas do Brasil e do mundo.
- 2) Escolaridade em ascensão, com reais possibilidades de terminalidade. Atualmente temos surdos concluindo ensino fundamental, o ensino médio e o ensino superior em várias áreas de conhecimento;
- 3) Aumento de surdos no mercado de trabalho seja através de concursos ou de contratos;
- 4) Maior inserção na sociedade (diversos segmentos);
- 5) Direito a intérpretes da LIBRAS em diversas situações;
- 6) Criação de leis que amparam os direitos das pessoas surdas; entre outros.

Após um século de segregação a comunidade surda, apesar da desestruturação, conseguiu sobreviver e luta hoje por seus direitos. Prega que as crianças aprendam em língua de sinais, o que significa ser surdo; a história que outros surdos tiveram apropriando-se da sua língua, já que através do passado é possível se construir um futuro.

UNIDADE II - CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA DO SUJEITO SURDO

2.1 A língua (gem) e a constituição psíquica

Ao pesquisar sobre os estudos desenvolvidos sobre a língua e a surdez Behares e Peluso (1997, p.40), constataram que os conceitos de primeira língua, língua natural e língua materna se apresentavam sobrepostos, criando enganos em seu entendimento. Em função disso buscam pesquisar o que cada um dos conceitos realmente significava e chegaram à seguinte conclusão:

Língua natural - definiram como língua natural dos surdos, a língua de sinais devido “... ao fato de que na presença dela o acesso do surdo é imediato, seja por que sua estrutura visual-manual lhe facilita (enquanto que a língua oral só é acessível com apoio de um treinamento planejado), seja por que, o fato de ser a língua de sua comunidade de referência torna possível a interação espontânea (o que não é possível em uma língua oral)”.

Primeira língua - definiram a primeira língua, como àquela que faz referência aos fatores temporais, ou seja, a que ingressa em primeiro lugar no repertório da criança, atravessando o bebê nos primeiros tempos de vida, inscrevendo-o no simbólico.

Língua materna – definiram como a primeira língua que atravessa o sujeito. Sendo assim, a língua materna para o surdo filho de pais surdos é a língua de sinais e para o surdo filhos de pais ouvintes é a língua oral.

Segundo essas definições para os surdos filhos de pais ouvintes a língua oral tem um lugar privilegiado já que produz a inscrição da criança surda no simbólico.

De que forma isso acontece?

Quando a criança nasce, a mãe fala dela, fala por ela, dá um nome a ela, nome que carrega a transmissão daquela família, independente do filho ser ouvinte ou surdo. A língua que a mãe vai se dirigir ao filho ao nomeá-lo é a língua oral, que é a língua materna da mãe e que também será do seu filho, mesmo que ele não possa ter acesso a essa língua. Esse é o caso dos surdos que, pela impossibilidade da audição, não poderão ter o domínio de sua língua materna, a língua a qual possibilitou que ele existisse enquanto sujeito psíquico.

Embora a língua materna lhe possibilitou existir, pelo fato de estar impossibilitado de se apropriar dela, a sua constituição psíquica terá particularidades que deverão ser levadas em consideração.

Ao tratar desse aspecto Behares e Peluso (1997, p.43) dizem que:

O filho surdo de ouvintes começa a ser nomeado muito antes de nascer, sem que seus pais saibam que será surdo... a criança surda antes de nascer já se constitui em enunciador dentro do funcionamento da língua oral, ainda sem ser locutor. Começa a ser falada por uma língua oral e logo será sujeitada a ela, língua que nunca lhe poderia devolver a imagem de que é dono de seu dizer, na medida em que não a pode falar nem sequer escutar plenamente. Esta situação continuará por muito tempo depois de ter nascido, sendo um enunciador (através de sua inscrição na enunciação dos pais) sem conseguir constituir-se em um locutor. Assim, o surdo filho de pais ouvintes fica em posição de escravo frente a uma língua que faz dele um estrangeiro em relação ao sistema que o atravessa e o estrutura. Diferentemente de quem é estrangeiro em relação a uma língua na qual não se instaura como sujeito (mas que possui sua própria língua materna), o surdo filho de ouvintes é estrangeiro em relação à própria língua materna. Isto ocorre porque o surdo não pode deixar de constituir-se em escravo em relação a uma língua que o exclui duplamente: o separa e o exclui de toda possibilidade de sentir-se um sujeito dono do seu dizer.

Assim, o surdo filho de pais ouvintes vai poder ser atravessado pelo simbólico, ainda que não compartilhe da mesma língua de sua mãe.

Como se dá esse processo? Segundo pesquisadores como Behares e Peluso (1997), Martins (2003), Goldfeld (2002) e Vorcaro (1999) embora o surdo filho de pais ouvintes não possa se apropriar de sua língua materna – a língua oral – mesmo assim terá sua inscrição e inserção no simbólico através da relação estabelecida pela maternagem e pelo código caseiro.

A maternagem

O aparelho psíquico começa a ser construir desde muito cedo, já nos primeiros meses de vida do bebê.

É sabido que o recém-nascido atravessa um período de dependência total onde necessita que alguém – geralmente a mãe - o cuide. Nesse primeiro momento de vida, se o bebê não receber os cuidados necessários para sua sobrevivência poderá morrer. A mãe assegura através dos cuidados não somente as necessidades fisiológicas (fome, sede, dor...), mas também o nascimento da vida psíquica do bebê, através do acesso à linguagem.

Nesta fase onde o bebê depende dos cuidados maternos há um complemento entre mãe e filho. Através dos cuidados com alimentação, com o banho, com as dores que o bebê sente, a mãe vai introduzindo o filho no simbólico e dando vida psíquica para que ele possa existir. A este conjunto de cuidados maternos que vem para responder as necessidades fisiológicas do bebê e que lhe dão vida psíquica, Winnicott chamou de *holding* (participação no sentido de sustentação, de apoio). O bebê retira do *holding* um sentimento de continuidade de existir.

No momento em que o bebê mama ele absorve, ao mesmo tempo, o leite para a sua sobrevivência e, um conjunto de sinais da presença materna: seu olhar, sua voz, sua capacidade de reagir aos movimentos do bebê... atribuindo-lhe um sentido que, tem como consequência, o estabelecimento de uma comunicação entre os dois. Assim, se produz na vida psíquica do bebê um registro de que é alguém que existe para um outro alguém.

Por exemplo: o bebê está mamando e dá um sorriso para a mãe. Esta vai interpretar esse sorriso dizendo: “Hum, esse leitinho está gostoso, né filho?” ou, “Ah, você está sorrindo para que eu lhe dê mais leite, né meu amor!”, ou ainda “Ah, você está sorrindo por que está na hora de seu pai chegar!” Podem ser várias interpretações frente a um movimento do bebê, e independente de serem corretas ou não, são fundamentais para a constituição do psiquismo humano.

Esse olhar que a mãe dá ao bebê não deve ser confundido com o sentido da visão. Trata-se de uma forma de olhar que vai além daquilo que nossos olhos podem ver, é um olhar mais profundo, um olhar que vê aquilo que não está visível. É um olhar muito particular, um olhar de amor. Esse olhar é o que funda a possibilidade do bebê constituir uma imagem de si mesmo e de sua relação com o semelhante.

Assim, as manifestações do bebê expressadas no choro, no grito, no sorriso, no olhar, na vocalização compreendem os sinais comunicativos que ele estabelece com sua mãe. Essas expressões por parte do bebê vão além de simples ações ou reações de seu corpo. Elas representam a relação interativa entre ele e sua mãe e são transformadas pela mãe através da interpretação, do sentido que ela atribui às manifestações do bebê. Por exemplo: se o bebê começa a chorar a mãe pode interpretar da seguinte maneira: “Ah filho, você está chorando por que está com fome! A mamãe já vai lhe dar de mamar”.

Por outro lado, a mãe também conversa com o bebê explicando a ele o que está fazendo ou o que está acontecendo. Por exemplo: “Filho, a mamãe vai tomar banho, mas volta logo. Não chore!”

Muitas vezes quando a mãe fala pelo bebê, ela o faz de modo infantilizado, o “manhês”. Por exemplo: “O mamazinho tá gostoso!” (o leite está gostoso!) Essas formas de comunicação estabelecidas promovem identificações com a mãe. As identificações funcionam como um espelho, ou seja, a imagem que o bebê vê na sua mãe se reflete nele mesmo. Dito de outra maneira, num primeiro momento o bebê pensa que é uma extensão de sua mãe. Acha que aquela

imagem que vê da mãe no espelho é a imagem dele. Não diferencia a sua imagem com a imagem de sua mãe. Assim, ele se constitui a partir da imagem da mãe que ele pensa ser sua.

Com isso percebemos que a imagem em espelho não deve ser compreendida somente como um reflexo de imagens visuais. Ela [a imagem] tem um efeito psíquico. Reduzir o que reflete no espelho apenas a imagens visuais é esquecer que toda percepção humana resulta de uma montagem complexa entre o funcionamento orgânico e psíquico.

Concluimos que a relação de maternagem vai suprir a criança da sua primeira língua, a língua materna. E isso se dará independente da língua que for ser usada nesse primeiro momento. A língua materna [seja oral ou de sinais] é que possibilitará a entrada do filho na linguagem, seja ele surdo filho de pais ouvintes ou surdo filho de pais surdos.

É uma linguagem compartilhada entre mãe e criança que se dá em um estágio anterior ao da aquisição de uma língua propriamente dita. Neste estágio pré-verbal a mãe não apenas tenta decifrar o que o seu bebê diz, mas, sobretudo, lhe acompanhar naquilo que ele expressa. Isso se dá em vários níveis como vimos acima: na mímica, no sorriso, no choro, na vocalização e no gesto.

O código caseiro

Enquanto o surdo não tem acesso à língua de sinais, estabelece com a família e, em especial com a mãe, alguns “sinais caseiros” que podem durar anos e/ou para sempre. Ao estudar este sistema de código familiar Behares e Peluso (1997) perceberam que as crianças surdas filhas de pais ouvintes, têm aos três anos, um modo particular de comunicar-se que é diferente da língua oral majoritária, da língua de sinais da comunidade surda, do lugar onde vivem e dos instrumentos artificiais de manualização da língua oral majoritária (alfabeto manual, línguas sinalizadas...). As crianças ‘conversam’ com suas mães e, às vezes, também com outras pessoas da família em um sistema próprio de ‘gestos’.

Ao buscar subsídio para esse fenômeno na literatura, os autores depararam-se com o conceito de “simbolismo esotérico” proposto por Tervoort (1961) que o define como um sistema lingüístico restrito que “(...) consiste nos recursos simbólicos convencionais (ou mais ou menos convencionalizados), compartilhados somente por uma mãe e uma criança, não compreensíveis pelos usuários de nenhuma das línguas utilizadas no contexto social. (...) há substituição do uso

de uma língua e tem uma estrutura semelhante a uma língua sem sê-lo *stricto sensu...*” (Tervoort, apud Behares e Peluso, 1997, p.54).

O simbolismo esotérico tem uma estrutura semelhante a uma língua. Sua utilidade é tornar possível a comunicação na ausência de uma língua em comum, devido às restrições inatas da criança que o produz. As causas levantadas para o uso desta língua restrita são descritas como:

- 1) as condições naturais que toda criança tem para construir uma língua;
- 2) as necessidades comunicativas entre a mãe e a criança, atribuídas ao psicológico;
- 3) ausência de um modelo de língua a ser imitado já que a mãe não sabe a língua dos “surdos”;
- 4) a criança não tem acesso natural à língua falada.

Goldfeld (2002, p.62), em seus estudos com crianças surdas, encontrou o mesmo fenômeno descrito por Behares e Peluso, e afirma que as crianças surdas filhas de pais ouvintes criam em conjunto com a sua família alguns sinais e os utilizam para a organização de seu pensamento. Essa linguagem se dá de modo rudimentar e é desenvolvida pela criança com o objetivo de estabelecer interações sociais e uma comunicação entre ela e seus familiares e também para simbolizar e conceitualizar, buscando uma organização de pensamento.

Ocorre que, não tendo acesso a uma língua estruturada, “ (...) a quantidade e a qualidade de informações e assuntos abordados são muito inferiores àqueles que os indivíduos ouvintes, em sua maioria, recebem e trocam. Os surdos, nestas condições, só conseguem expressar e compreender assuntos do aqui e agora. Para falar sobre situações passadas, lugares diferentes e, principalmente, sobre assuntos abstratos são quase impossíveis – se realmente não o for (...)”.

Para a autora os surdos, que não têm acesso à língua alguma, estão privados de compartilhar as informações mais óbvias de uma comunidade e, sem um instrumento lingüístico acessível, “(...) sofrem enormes dificuldades na constituição de sua própria consciência, ou seja, não se constituem com base nas características culturais de sua comunidade e com isso desenvolvem uma maneira de ser muito diferente dos indivíduos falantes”.

Martins (2003) também coloca que, no caso de filhos surdos de pais ouvintes há uma peculiaridade em relação à língua materna. Esta não se dá de forma espontânea e natural na relação mãe e filho, pois ambos estão impossibilitados de compartilhar o mesmo código, no caso a língua oral. Em consequência dessa realidade cria-se um código caseiro parecido com à mímica para estabelecer uma comunicação. Esse código, por ser particular e restrito a cada família, mostra-se precário em relação às interações sociais que vão além da família (escola, amigos,

trabalho...) ou para estabelecer relacionamentos com maior profundidade com os familiares e/ou outras pessoas. Porém, apesar de ser restrito à família possibilita ao surdo se sustentar enquanto sujeito psíquico e estabelecer relações, mesmo que essas relações sejam precárias.

Vorcaro (1999) concorda com a afirmativa de que estes sinais caseiros são reconhecíveis apenas em cada família e, aponta que em geral, apresentam um número reduzido de sinais. Estes são gestos criados para representar uma pessoa, um objeto ou uma situação dentro da família. Por exemplo: é criado um sinal para banheiro, outro para fome, outro para o pai, para a mãe, para cada irmão... Com esses sinais estabelecesse uma comunicação que só é compreendida em uma determinada família. São sinais próprios criados por cada surdo em suas famílias.

Para cada família existe um sinal diferente para designar as pessoas, objetos ou situações. Por exemplo: vamos encontrar vários sinais para banheiro, para casa, para Igreja... Estes sinais caseiros não são iguais aos sinais da língua de sinais utilizada pela comunidade surda. É uma linguagem particular, exclusiva, constituída em famílias diferentes, portanto não caracterizáveis como língua.

Ainda, a autora justifica que a língua caseira não é uma língua devido a que cada sinal está fechado em um significado, não há possibilidade de ter outros sentidos. É um sinal para cada coisa estabelecendo uma relação do tipo termo-a-termo, ou seja, um gesto para cada coisa. A linguagem fica restrita a uma relação privada, caracterizada pela posição de debilidade em que os surdos estão inclusos no meio familiar.

Emmanuelle Laborit (1994, p.17) em sua biografia intitulada *O vôo da gaivota*, ao se referir a sua comunicação com a mãe antes de ter contato com a língua de sinais conta que a maneira como se comunicavam “(...) era instintivo, animal, chamo-a de “umbilical”. Tratava-se de coisas simples, como comer, beber, dormir. Minha mãe não me impedia de gesticular, como lhe haviam recomendado. Não tinha coragem de me proibir. Tínhamos signos nossos completamente inventados”. Encontramos nessa declaração de Emmanuelle a confirmação dos estudos acima citados.

Percebemos pelo depoimento de Emmanuelle que os critérios utilizados para a criação dos sinais caseiros se dão a partir da necessidade de estabelecimento de contato para as situações do dia-a-dia e que se compunham através da imitação, da mímica das situações concretas e/ou da percepção de características físicas, uso de acessórios, situações ocorridas com os pais e os irmãos entre outros.

Também Emmanuelle nos aponta uma situação que encontramos com bastante regularidade nos depoimentos de surdos, ou seja, de que os sinais criados são compartilhados, em geral, entre mãe e filho ou entre um (a) irmão (a) mais velho que é designado para cuidar do irmão surdo. O restante da família, em geral, não utiliza os sinais caseiros, fazendo uso exclusivo da língua oral.

Martins e Marques (2001), dizem que mesmo que a criança não tenha acesso a nenhuma língua e só disponha do código familiar, um código que é menos elaborado, ainda assim a “linguagem caseira” possibilita ao surdo se movimentar no simbólico e serve de base para ter acesso posterior à língua de sinais.

Concluimos que através da relação de maternagem e da comunicação pelo código caseiro o surdo estabelece, embora de modo precário devido aos poucos recursos que dispõe um laço com o simbólico.

2.2 O processo de identificação

A identificação é definida por Freud, em “*Psicologia de grupo e análise do ego*” (1921, p.133) como “(...) a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa”. A identificação inaugura as relações libidinais, ou seja, as relações que podemos entender sob o nome de amor.

Freud há três fontes de identificação:

1) A primeira e mais original forma de ligação afetiva com alguém ocorre quando o sujeito toma para si uma parte que é do outro, incorporando o simbólico a qual está envolvido, iniciando a constituição do sujeito psíquico. Essa primeira identificação forma uma matriz inconsciente que depois vai se repetindo em série possibilitando que outras identificações aconteçam. Para Freud, essa primeira identificação é a que tem mais valor para o indivíduo.

2) Na segunda o sujeito toma emprestado um traço, um aspecto da pessoa que ele se identifica. Esse traço é incorporado e torna-se próprio, não tem outro igual. Por ser próprio, é único, marcando a diferença. Uma forma de exemplificar esse traço único é o nome próprio. Este é único, próprio daquele que o recebe. O nome próprio é único porque designa o nome da família a que o indivíduo pertence. Por exemplo: o nome João da Silva. Várias pessoas podem ter esse nome, mas nenhuma delas é igual por que cada João da Silva tem uma família própria onde os pais têm nomes diferentes, histórias de vida diferentes, que vão marcando uma história familiar

única. Portanto, só haverá um João da Silva, embora, conforme citei, existam várias pessoas com esse nome próprio.

3) O sujeito vai se identificar com o lugar de uma outra pessoa que ele tem como modelo. Encontramos esse tipo de identificação nos líderes onde o modo de ligação que une o sujeito com o líder envolve um afeto intenso entre eles. O indivíduo se liga a um líder por que acredita que ele e o líder têm alguma coisa em comum.

Freud diz que esse elo une o grupo e define as características de cada grupo. Essa união torna-se tão forte, que permite que idéias contraditórias possam existir lado a lado, tolerando-se mutuamente, sem que nenhum conflito apareça da contradição lógica entre eles. Isso se deve ao contágio emocional, onde o indivíduo perde seu poder de crítica e deixa-se envolver pela mesma emoção do grupo.

As necessidades de um grupo conduzem o indivíduo à figura de um líder ao qual, o indivíduo deve ajustar-se com as mesmas qualidades pessoais do líder. O líder tem que possuir uma fé intensa em uma idéia, vontade forte e imponente, para que o grupo venha a se identificar. Isso é possível graças ao prestígio, que é definido por Freud como uma espécie de domínio exercido sobre nós por um indivíduo, um trabalho ou uma idéia que, tem como consequência, a paralisação do senso crítico devido a admiração e respeito pelo líder.

Percebemos que a identificação é um processo fundamental para a constituição psíquica do sujeito. Sem a identificação com um outro, não há constituição do sujeito. Portanto, todos os indivíduos passam pelo processo de identificação.

Como se dá o processo de identificação no sujeito surdo?

Ao analisarmos o processo de identificação nos sujeitos surdos temos que levar em consideração a língua e cultura próprias do surdo. Além disso, encontramos três situações importantes e definitivas:

- 1) o surdo filho de pais surdos;
- 2) o surdo filho de pais ouvintes que nunca teve contato com a língua de sinais e com a comunidade surda;
- 3) o surdo filho de pais ouvintes que tem contato com a língua de sinais e com a comunidade surda.

Porém antes de passarmos a análise individual das três situações apontadas acima gostaria de ressaltar dois pontos em comum nas três situações. O primeiro ponto refere-se à primeira

identificação, aquela onde o sujeito incorpora as qualidades do outro. Conforme vimos no capítulo sobre a linguagem e a constituição do sujeito, este primeiro tempo é marcado por um tempo de linguagem e não de língua, ou seja, não é a língua oral ou a língua de sinais que vai inscrever o sujeito no simbólico, mas sim a linguagem. A linguagem não deve ser entendida como sinônimo de oralidade, mas como escritura que vem pelo olhar, pelo sorriso,... descritos anteriormente na maternagem.

O segundo ponto em comum refere-se ao segundo tempo da identificação - a identificação por um traço – que ocorre conforme vimos pelo nome próprio. Todos os filhos surdos passam por essa inscrição, ou seja, todos são batizados com um nome próprio de sua família. O nome próprio que recebem da família de origem é único e, embora os surdos não façam uso dele no cotidiano [devido a se designarem pelo sinal próprio], ele [o nome próprio] é o que os introduziu o universo simbólico.

Em geral, o nome próprio não tem muita importância para o surdo. Antes de ter contato com a língua de sinais, muitas vezes, o surdo não sabe seu nome próprio ou se sabe, restringe-se ao primeiro nome, desconhecendo o seu sobrenome que é o que lhe enlaça na história da família a qual pertence. Muitos ficam sem esse acesso por toda vida ou por um longo tempo. Outros, por ter a oportunidade de ter contato com a comunidade surda e, conseqüentemente, com a língua de sinais acabam tendo acesso ao seu nome próprio e a história de sua família.

Porém, nas duas situações, quando o surdo recebe o nome próprio pela família é marcado um lugar na cultura (os pais fazem o registro no cartório, apresentam o filho para a sociedade...) e ingressa no mundo da linguagem (o nome é escrito por letras que marcam a entrada no simbólico). É essa inscrição no simbólico que diferencia o homem do animal.

Assim, mesmo que o nome próprio não tenha muito sentido para o surdo, este, através do nome que recebe dos pais, é colocado na árvore genealógica da sua família. Ou seja, é membro de uma família, que traz um nome através das gerações, recebe um lugar e uma numeração no simbólico, ele é o único naquela família que tem aquele nome, mesmo que não possa escutá-lo devido a sua impossibilidade de ouvir.

O processo de identificação no surdo filho de pais surdos

Para os surdos filhos de pais surdos o processo de identificação se dá de modo espontâneo. A cultura da família surda vai sendo repassada ao filho surdo naturalmente, nas

situações do dia-a-dia, pela língua de sinais que é sua língua materna que o inscreve no simbólico. O filho surdo tem contato direto com a forma de ser e estar no mundo da família surda. Desde antes de seu nascimento já é falado a partir dos referenciais lingüístico/culturais de seus pais surdos, tendo-os como modelos de identificação, bem como, outros surdos mais velhos da comunidade a qual pertencem. Em geral esses surdos ocupam lugares de liderança por ter o domínio completo da língua e da cultura surda.

O processo de identificação no surdo filho de pais ouvintes

Nesse aspecto temos que levar em consideração, conforme apontamos anteriormente, duas situações: o surdo filho de pais ouvintes que nunca teve contato com a língua de sinais e o surdo filho de pais ouvintes que teve contato com a língua de sinais.

A primeira situação: O surdo filho de pais ouvintes que nunca teve contato com a língua de sinais e com a comunidade surda. Ao analisar essa situação Martins (2003, p.51) diz que a identificação para com a família é um processo muito limitado. Isso ocorre devido aos surdos não terem acesso a língua de sinais e estarem submetidos a gestos caseiros que, conforme já estudamos, constituem-se de alguns gestos criados pelo surdo para se comunicar com a sua família. Esses gestos representam o concreto dos objetos e/ou das situações (por exemplo: gesto para comer, para ir ao banheiro, para tomar banho...), limitando muito a possibilidade de interação com os membros de sua família e com os membros da sociedade em que ele vive.

Esses poucos gestos caseiros que o surdo utiliza para se comunicar, limita a conversa, tendendo a ser sempre curta e reduzida ao básico. Por exemplo: o surdo está com fome e faz o gesto caseiro de fome. A mãe prepara o almoço e dá para ele, que se senta e come. Não acontece um diálogo onde a mãe pergunta o que ele quer comer, se está gostosa a comida, se está salgada... Também não conta, na maioria das vezes, que aquela comida é a preferida de seu pai, que ela fez com bastante carinho, que faltou sal enquanto ela estava preparando e teve que sair correndo para ir até o mercado comprar o sal, que ficou irritada por que teve que ir ao mercado...

Conseqüentemente, o surdo fica sem saber de todas essas informações. Simplesmente senta e come. Isso reflete a limitação que tem com o contexto que o circunda e com a falta de uma língua que lhe possibilite interagir com o meio. Esse pouco recurso de linguagem que possui – os sinais caseiros – mais as limitações de informações sobre si e sobre o outro, na maior parte das vezes, impossibilita que ele possa, segundo o autor, (se) contar, ou seja, contar a história de

sua vida e/ou a história de sua família.

Se questionado sobre a sua vida consegue dizer poucas coisas baseadas nos gestos caseiros que conhece. Mas, provavelmente não sabe muito sobre si e sobre sua família, pois lhe faltam recursos de ter acesso a uma língua que lhe possibilitaria contar sua história. Também, muitos têm dificuldade de (se) contar no sentido matemático de fazer parte da cadeia genealógica, ou seja, de saber qual o lugar que ocupa na família e o lugar que é ocupado pelos outros membros.

Às vezes, reconhecem apenas os lugares mais próximos como pai, mãe e irmãos e, desconhece os lugares como, bisavô (á) materno e paterno, avô (á) materno e paterno, tios materno e paterno, sobrinhos, cunhado (a),... Conversando com alguns surdos, eles contam que antes de ter contato com a língua de sinais, viam as pessoas chegando a sua casa, mas não sabiam quem eram, a importância que elas tinham para a família. Não sabiam o que era namorar ou casar, assistiam ao casamento dos irmãos, mas não compreendiam o sentido daquele ritual.

Alguns associavam o casamento com filhos, pois o que viam era que após casar nasciam crianças. Crianças que sabiam que eram filhos de seus irmãos, mas que não tinham noção do nome que se dá a elas – sobrinhos. Assim, concluímos que os recursos que os surdos apresentam quando não tem contato com a língua de sinais limitam bastante a interação com a família e, portanto, com a possibilidade de identificação com seus pais, com os valores da família, com a cultura familiar.

Levando em consideração as limitações descritas acima podemos nos perguntar: - É possível haver alguma identificação do surdo que nunca teve contato com a língua de sinais com seus pais ouvintes e com a cultura de sua família ouvinte?

Martins (2003) diz que sim. Embora haja muitas limitações o autor nos aponta que através da relação de maternagem, mesmo que o surdo não tenha acesso a língua oral – língua de sua família – a mãe vai falar por ele, vai interpretar por ele. Isso vai auxiliar para que ele possa ter acesso, mesmo que bastante precário, a uma identificação com a família. Além da maternagem, o autor diz que através dos traços visuais o surdo vai absorvendo e selecionando traços que possibilitam que ele se identifique com seus familiares.

Ainda o autor diz que o processo de identificação com as figuras parentais (pai e mãe) fica comprometido pelo fato de que ambos – filho surdo e pais ouvintes – não compartilham uma língua comum. Ou seja, o filho surdo não tem como se apropriar da língua oral dos pais pela sua

impossibilidade de escutar e, conseqüentemente, de falar oralmente. A única forma do filho surdo e dos pais ouvintes terem um ponto de encontro que os aproxime seria se ambos adquirissem a língua de sinais. Ela – a língua de sinais – seria um elo de encontro entre o mundo do filho surdo e o mundo dos pais ouvintes.

Porém, se ambos – filho surdo e pais ouvintes – não têm acesso a língua de sinais não acontece esse encontro. Não compartilham uma língua em comum para que possam trocar experiências, para que possam compartilhar histórias familiares, para que possam orientar o filho nos valores da família, para que possam introduzir a cultura familiar. Conseqüentemente, o que é repassado ao filho é muito reduzido e o que ele compreende também é limitado, comprometendo uma identificação com a família de origem.

A segunda situação: O surdo filho de pais ouvintes que tem contato com a língua de sinais e com a comunidade surda. A segunda situação é quando o surdo passa a ter contato com a língua de sinais e com a comunidade surda. Nesse momento opera-se um processo que possibilita ao surdo interpretar o contexto a qual está inserido e a possibilidade de (se) contar. Ao adquirir a língua de sinais o surdo passa a apropriar de uma língua que o possibilita expressar suas idéias, seus pensamentos, suas alegrias, suas tristezas, sofrimentos...

Enfim, passa a ter recursos lingüísticos e psíquicos para se expressar, para contar sobre sua vida e para perguntar a sua família sobre sua história. Conseqüentemente, se apropria de sua história, de seu nome próprio, de sua vida, do modo de ser e de viver da comunidade surda e da língua de sinais.

Vorcaro (1999) considera que o encontro com a comunidade surda possibilita ao surdo a passagem para o acesso de uma língua propriamente dita – no caso a língua de sinais. O acesso à língua de sinais possibilita ao surdo sair da linguagem dos sinais caseiros que são restritos a uma linguagem privada e reduzida que não lhe permitia tornar-se falante de uma língua e que os submetiam as leis familiares para ingressar num universo da lei da língua e da cultura surda. Passa a ser falante, a ter recursos internos para falar sobre si e sobre os outros, saber o que fala e não apenas reproduzir palavras soltas, sem sentido, como a fala de um papagaio que apenas repete o que lhe dizem, mas que não sabe nada sobre aquilo que esta dizendo ou fazendo.

Ao se deparar com a língua de sinais, o surdo passa a ser falante. Falante na e pela língua de sinais É somente com o contato com outros surdos, participantes da comunidade surda e falantes da língua de sinais que há a possibilidade do surdo vir a se constituir como um sujeito

falante.

Percebemos claramente esse processo, quando nos deparamos com o funcionamento da comunidade surda. O surdo, ao ingressar na comunidade, passa por um ritual denominado batismo. Este é condição necessária para sua inserção na comunidade surda. O ritual do batismo consiste na escolha de um sinal próprio que o nomeará na comunidade. Esse sinal é escolhido pelos membros da comunidade surda, podem ser vários membros ou um único, dependendo da situação. Os critérios para a escolha envolvem características físicas e/ou expressivas, acessórios utilizados e outros. Esse sinal é único na comunidade, ou seja, pode haver vários nomes iguais, mas nenhum terá o mesmo sinal.

No momento em que o surdo é batizado passa a integrar a comunidade surda, comunidade onde encontra membros compartilham suas experiências, onde há ponto de encontro, membros que são iguais a ele. Embora seja uma comunidade que compartilhe ideais em comum, existe o reconhecimento das diferenças de cada um. O sinal próprio já é uma marca de diferença, pois não há na comunidade dois surdos com o mesmo sinal. O sinal é próprio, único de um surdo assegurando a sua singularidade. Pelo ritual do batismo o surdo que ali chega é nomeado, nomeado pela comunidade surda.

A partir desse sinal próprio que recebe da comunidade surda, o surdo poderá (se) contar, marcando um “um” que é único e lhe dando um lugar na comunidade. Portanto, a comunidade surda tem um papel importante em relação à constituição da subjetividade do “ser surdo” e a construção da identidade surda.

Soaré (1998, p.20) também discorre sobre a identificação do surdo filho de pais ouvintes com sua família. Comenta que a surdez e a privação da fala fragilizam os laços familiares durante a transmissão da cultura familiar, tendo como consequência uma impossibilidade de identificação com o nome da família à qual pertence.

Segundo a autora, quando os surdos se encontram com a língua de sinais e a comunidade surda, os pais ouvintes deixam de ser as referências de identificação para os adolescentes surdos. Isso ocorre pelo fato de os pais ouvintes não possuírem a mesma perda auditiva de seus filhos, ou seja, por não serem surdos. Os ensinamentos dos pais são substituídos pelos da comunidade surda, os valores dos pais pelos dos amigos surdos e inclusive suas crenças religiosas. Muitos surdos deixam de seguir a religião da família para freqüentar a religião dos amigos surdos que, em geral, são aquelas que desenvolvem um trabalho com os surdos através da língua de sinais.

Sendo assim, a autora afirma que ao se deparar com a comunidade surda, o surdo vê a possibilidade de alcançar a singularidade, pois encontra um grupo em que a diferença, marcada pela surdez, não é relevante, diminuindo o sentimento de ser diferente que sentia em relação à família de origem. Ingressa numa relação que acredita ser de igualdade, onde os ensinamentos paternos, os valores familiares são substituídos pelos da comunidade surda, onde há um rompimento com a tradição familiar.

Solé (1998) conclui que a diferença da língua entre pais ouvintes e filhos surdos distancia os filhos da transmissão de valores familiares. Não conseguem compartilhar valores, ideais... com esses pais, buscando na comunidade surda uma referência de pai Ideal, aquele que entende o que ele [o surdo] diz, pelo fato de ter compartilhado as mesmas vivências, ter experienciado as mesmas dificuldades. É na comunidade surda que o adolescente vai procurar essa referência de identificação com um pai ideal.

Vorcaro (1999) concorda que ao ter contato com a comunidade surda, a relação antes estabelecida com a família torna-se insuficiente para o surdo, que passa a desconsiderar seus pais como pessoas com quem pode trocar experiências e outras coisas “ (...) *já que eles querem falar mais do que seus pais podem entender*”.

Essa situação acaba colocando em questão a própria posição dos pais na hierarquia familiar, produzindo um endereçamento dos filhos surdos à comunidade surda, na busca de suprimento às insuficiências dos pais. Ainda, sem compartilhar uma língua, a posição dos pais dificilmente mantém a mesma correlação que a anterior à entrada do filho na língua de sinais, fazendo incidir uma nova defasagem no laço familiar e nas relações identificatórias.

UNIDADE III – EFEITOS SUBJETIVOS NA CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA DOS SUJEITOS SURDOS

Percebemos que a língua de sinais e o contato com a comunidade surda estabelecem uma linha divisória em relação à estruturação psíquica do surdo. O sujeito surdo é marcado por limites precisos entre o antes e o depois de ter adquirido a língua de sinais e conviver com a comunidade surda, conforme veremos a seguir.

3.1 Efeitos subjetivos nos surdos que não tem acesso a língua de sinais

Precariedade simbólica

Antes de ter contato com a língua de sinais o surdo se depara com poucos recursos simbólicos para interagir como o meio. Devido a sua impossibilidade de se apropriar da língua materna – a língua oral – e de não ter contato com a língua de sinais desenvolve os sinais caseiros que, conforme já estudamos, são limitados e particulares de cada meio familiar. Os sinais caseiros aliados à percepção visual tornam-se a única forma de se relacionar com situações, conceitos e pessoas. Essa relação, em geral, é pobre devido aos poucos recursos que o surdo tem para desenvolvê-la.

Como consequência dessa condição simbólica precária, encontramos uma mobilidade psíquica bastante restrita, comprometendo a sua subjetivamente e o desenvolvimento das operações mentais, principalmente as relacionadas com conceitos abstratos e de tempo e espaço, diferentes daquele conhecido e vivido no presente. Excluído lingüisticamente, fica marginalizado, sem condição de inserção e apropriação da cultura e dos conceitos que estão a sua volta. Não consegue sair desse estado marginal, pois lhe falta as ferramentas para poder construir os conceitos, manipulá-los, fazer cadeias associativas e com isso ampliar os conceitos, ir em frente construindo e desconstruindo conceitos e valores.

Pensamento voltado para o concreto e para o tempo presente

Além dos aspectos já citados, os sinais caseiros apresentam-se centrados nas necessidades básicas (alimentação, higiene, transporte...) comprometendo a qualidade e a quantidade da

informação, principalmente, ao se tratar de assuntos abstratos como, por exemplo, a religião, o conceito de Deus, o conceito de morte... Nesse sentido, Goldfeld (2002) afirma que o surdo, que não tem acesso à língua nenhuma, permanece imerso em uma situação bem grave, pois está privado de compartilhar as informações básicas de uma comunidade. Adquire uma forma rudimentar de linguagem, desenvolvida pelas interações sociais que utiliza, não só para a comunicação, mas para a organização de seus pensamentos.

Nesta condição o surdo consegue expressar e compreender apenas assuntos do tempo presente. Para falar sobre conceitos abstratos lhe é extremamente difícil, pois permanecem vinculados ao concreto e em condições desfavoráveis para o desenvolvimento das funções organizadoras da linguagem e do pensamento de modo satisfatório.

Compreensão limitada da comunicação e das orientações familiares

Na tentativa de estabelecer contato e sair da paralisação social e subjetiva a que se encontra [o surdo] desenvolve um sistema de comunicação vinculado à língua oral - os sinais caseiros. Esses sinais caseiros são compostos por gestos e imitações próximos da mímica e servem para designar sinais de pessoas, objetos e/ou situações. Estes sinais são específicos de cada família não sendo, portanto, compartilhados com a sociedade em geral.

Os sinais caseiros são considerados “pobres” em relação à língua de sinais, devido a conter uma quantidade reduzida de vocabulário, que é específico para explicar uma única situação. Por isso, os sinais caseiros são isolados, soltos, fora do contexto, voltados para o presente, muito limitados e superficiais, propiciando uma comunicação solta, fragmentada e sem estrutura para aprofundamento das questões que suscitam interesse.

Frente a essas características, a comunicação do surdo, fica restrita ao núcleo familiar (somente este entende o sentido e compreende o sinal caseiro emitido) não estabelecendo relações sociais além da família e, dentro desta, estabelecendo relações precárias proporcionadas pelas próprias limitações familiares.

Constatamos essa realidade nas conversas com surdos e em seus depoimentos onde descrevem que antes de terem contato com a língua de sinais os diálogos eram curtos, formados pelos sinais caseiros estabelecidos que eram utilizados para designar situações concretas como: hora de comer, hora de tomar banho, hora de ir dormir...

Como conseqüência dessa comunicação familiar restrita o surdo se depara com

comunicados curtos, evasivos, incompletos e, muitas vezes incompreensíveis, acarretando em dificuldade para compreender diversas situações. Por exemplo: se for repreendido por ter feito algo errado observa o rosto da pessoa que o está repreendendo e percebe que a pessoa está brava, com olhar sério, firme... mas não consegue entender o que ela diz, a explicação ou a orientação. Em alguns depoimentos, os surdos contam que muitas vezes eram colocados de 'castigo' e nem sabiam o motivo.

Deparamos-nos então, com uma segunda conseqüência dessa comunicação familiar restrita - os mal-entendidos. Esses mal-entendidos provocam angústia no surdo porque a falta de informação ou a redução desta e ausência de clareza dos motivos/causas de solicitações e/ou ordens recebidas, faz com que desconheça de fato situações sobre si e sobre o mundo. Além disso, desencadeia no surdo uma desconfiança a respeito do que é dito ou do que é feito. Ou seja, pelo fato de não ter ficado claro a situação, ter compreendido mal gera uma sensação de que o estão enganando, escondendo coisas dele.

Esta situação simbólica precária a que os surdos se encontram no momento anterior à aquisição da língua de sinais tem também, uma terceira conseqüência, que é a assimilação limitada da transmissão dos valores familiares. Essa fica muito comprometida, pois fica vinculada a orientações simples sobre dados concretos do dia-a-dia como: atravessar a rua, aprender qual o ônibus correto para ir a escola, tomar banho, comer adequadamente, cuidados para não se machucar e outras.

Essas orientações são, geralmente, são passadas ao surdo por meio de gestos soltos, mímicas, dramatizações e vivência real dos fatos. Em geral, o surdo compreende as explicações que lhe são repassadas através da vivência da situação, exceto as que implicam conceitos abstratos que, não são passíveis de representar na vivência concreta. Nesses casos percebemos que surgem dúvidas se o que está sendo explicado é verdadeiro.

Isolamento e exclusão subjetiva

Como já vimos antes de ter contato com a língua de sinais o surdo se encontra num ambiente exclusivamente oral onde não há uma língua compartilhada entre ele e seus familiares que possibilite uma troca de experiências. Com isso ocorre um distanciamento entre ele e seus familiares, marcando um isolamento dele no ambiente familiar. Ao falar a esse respeito os surdos geralmente relatam situações que vivenciaram na família onde os irmãos ouvintes não

conversavam com eles, não os convidavam para partilhar momentos em comum como: brincar, conversar, assistir a programas de televisão junto, saírem juntos... Esses fatos denunciam uma separação e uma exclusão do surdo na sua família. Por ser diferente, causa um sentimento de estranheza no meio familiar. A família tem dificuldade de lidar com o estranho, com o diferente e acaba realizando um movimento de afastamento, excluindo-o lingüística e culturalmente.

Muitas vezes esse afastamento por parte da família se deve ao fato da mesma considerar o surdo como deficiente, reproduzindo a ideologia dominante. Esta ideologia que carrega a idéia de incapacidade, de doença, de inferioridade é absorvida pela família que passa a ver o surdo dessa forma. Considerados como “bobos”, sem inteligência, sem capacidade de compreensão por parte dos pais e dos irmãos, estes “não perdem tempo” em explicar conceitos, situações e/ou dúvidas que os surdos possam ter.

E, se o fazem, muitas vezes o repasse das informações acontece de modo reduzido, simplificado, num diálogo rápido, contendo somente o essencial, omitindo-se dados importantes para o entendimento dos fatos, agravando ainda mais a sua inserção no simbólico. Em conseqüência, acabam se afastando e perdendo a vontade de conversar e compartilhar momentos com os familiares.

Alienação subjetiva

Devido aos poucos recursos simbólicos que o surdo possui não consegue ter acesso a informações sobre a sua história de vida, de sua família e do ambiente em que vive. Se questionado sobre isso não sabe responder ou, se o faz, é de modo precário. Há o desconhecimento de fatos como: se ao nascer já era surdo ou se ensurdeceu depois do nascimento, a causa de sua surdez, etc. Além destes, desconhecem fatos da história de sua família: história dos pais, dos avós e outros familiares.

Como dissemos acima essa situação reflete a precariedade simbólica a que esses surdos estão submetidos, mas não devemos considerar a situação apenas sob esse ângulo. Os familiares, muitas vezes, por estarem atravessados pelo paradigma da deficiência, não investem no membro surdo por acharem que ele não vai compreender as histórias da família. Com isso, subestimam a capacidade do surdo e não lhes contam essas histórias reforçando uma alienação subjetiva.

Em conseqüência, não há o surgimento da demanda de conhecimento sobre si e sobre os outros. Não há curiosidade sobre este tema e, portanto, não há perguntas a respeito dessas

situações. Ao falar sobre as conseqüências que os surdos têm devido não ter acesso à língua de sinais Lane (1992) diz que os surdos sem língua podem, de fato, ser como imbecis. Isso é muito cruel, pois a inteligência está presente, mas fica trancada pelo tempo que durar a ausência de uma língua.

3.2 Efeitos subjetivos nos surdos que tem acesso a língua de sinais

A vida dos surdos muda a partir do momento em iniciam o contato com a comunidade surda e com a língua de sinais. Se antes de adquirir a língua de sinais compreendiam muito pouco ou nada devido às limitações a que estavam submetidos, eram “zero” como se expressam na LIBRAS, após a entrada na comunidade surda abre-se o mundo, possibilitando a eles interagir com a sociedade através da escola, do trabalho e dos contatos sociais. Passam a ter acesso às notícias do mundo, bem como, a conhecê-lo.

Apropriação do simbólico

Através da aquisição da língua de sinais os surdos tornam-se sujeitos falantes. Conseqüentemente um mundo de possibilidades se abre, possibilitando uma interação com o meio. A língua de sinais proporciona-lhes novas orientações e novas possibilidades de aprendizado e ação, dominando e transformando as experiências anteriores. Com isso, podem apropriar-se da esfera simbólica do passado e do futuro, saindo do presente, além de estabelecer diversas relações conceituais/hipotéticas que culminam na construção de conceitos novos para si mesmos e na reestruturação dos antigos.

Também, podem se nomear e nomear as pessoas e objetos: enumerá-los, seriá-los, classificá-los, permitindo assim, uma estruturação e um poder generalizante capaz de transformar suas relações com o mundo. Sacks (2002: 65) exemplifica essa situação ao comentar a respeito de Kaspar Hauser. Diz que esse despertar para o contato humano, para o mundo dos significantes compartilhados, da língua levou a um súbito e brilhante despertar de toda a sua mente e sua alma. Aconteceu uma tremenda expansão e florescimento da capacidade mental – tudo excitava sua admiração e prazer, havia uma curiosidade ilimitada e um interesse abrasador por tudo, um ‘caso de amor com o mundo’.

Despertar para a consciência da vida mental

O caso Kaspar Hauser indica que mesmo que os surdos sejam apresentados à língua de sinais tardiamente, eles conseguem adquiri-la, inclusive com rapidez, demonstrando que apresentam uma boa capacidade de percepção e de memória. Logo que um surdo chega à comunidade surda, os membros pertencentes àquela comunidade surda buscam estabelecer contato em língua de sinais para o mais novo membro, perguntando qual é o seu nome, de onde vem, onde está morando, quantos anos tem, se tem sinal próprio e outros questionamentos.

Geralmente este [novo membro] não conhece a língua de sinais e, portanto não compreende o que os outros surdos estão lhe perguntando. Para responder as perguntas acaba copiando os sinais que vê, demonstrando que não compreensão de que aquilo é um sinal, que faz parte de uma língua e que tem um significado.

Sacks (2002, p.69) chama essa repetição de movimentos e sinais de ‘ecolalia mimética’ e diz que a mesma prossegue por um tempo, onde ainda não há noção alguma de que os sinais têm um ‘interior’, que possuem um significado. Quando o surdo desperta para os conceitos, os sinais deixam de ser apenas um movimento a ser copiado, para ser um sinal carregado de significado. Esse momento de compreensão leva o sujeito surdo a uma ‘explosão intelectual’, que possibilita uma noção de significado do mundo.

Assim, o primeiro sinal abre a possibilidade de acesso a todos os outros sinais. Quando o surdo compreende o primeiro sinal que, em geral é o sinal próprio, entra no universo da língua que o nomeia e que nomeia todos os outros surdos, retirando-o da alienação subjetiva a que estava submetido. Com isso, há um despertar da vida psíquica, um nascimento para um modo de pensamento e de linguagem, depois de uma existência meramente perceptiva por anos.

Sacks expõe que há evidências de que os surdos que aprenderam tardiamente a língua de sinais, não adquirem a fluência da mesma com facilidade. Esforçam-se para adquirir a gramática impecável dos que aprenderam desde bem cedo, em especial os surdos filhos de pais surdos.

Apesar do acesso à língua de sinais, alguns surdos que têm contato com a língua de sinais tardiamente apresentam poucos recursos simbólicos para fazer perguntas, atraso no entendimento das perguntas, dificuldades de reflexão sobre o que está sendo discutido, o vocabulário adquirido é reduzido, há concretude de pensamento, dificuldades para ler e escrever e uma visão limitada de mundo.

Sentimento de pertencimento a uma língua e uma cultura

O sinal próprio recebido através do ritual do batismo quando ingressa na comunidade nomeia o surdo, possibilitando-lhe lugar, um sentimento de pertencimento a uma língua e a uma cultura. Encontra-se no meio de pessoas iguais a ele, que o compreendem, pois viveram situações parecidas com as dele...

A comunidade surda passa a ser o lugar onde busca referenciais de identificação, representados pelos surdos mais velhos, que são considerados como “*maduros*” passando a ser aqueles que orientam os mais jovens. É com eles que os surdos mais jovens conversam, trocam informações, recebem os ensinamentos. Esses surdos explicam os assuntos que despertam curiosidade e interesse em profundidade, pois utilizam muitos sinais e exemplos para a orientação, são detalhistas e a explicação é demorada. Com isso, sentem-se compreendidos quando perguntam suas dúvidas e recebem uma explicação que lhes faz sentido.

Esses surdos mais velhos que se tornam modelos de identificação auxiliam os surdos a conhecer um mundo cheio de possibilidades de inserção. Eles tiram os surdos da exclusão a que estavam submetidos, empurrando-os, em alguma medida, para dentro da cultura. Com isso, ocupam um lugar privilegiado, como líderes, no qual preenchem o ideal de identificação e acabam exercendo a função do pai simbólico na comunidade.

Posição subjetiva de estrangeiro na família de origem

A comunidade surda possibilita aos surdos um suporte para a constituição de sua subjetividade – ser surdo. O encontro com a comunidade surda permite-lhes sair do lugar do diferente, do excluído, do estranho que sentia na sua família, para o lugar de “pertencimento” a um lugar onde se encontram com iguais, onde se sentem entendidos e efetivamente conseguem estabelecer uma relação de troca. Sentem-se como se tivessem encontrado uma família.

Os valores passam a ser os da ‘família surda’ e a transmissão dos mesmos se dá pelos surdos mais velhos da comunidade surda. Isso acarreta em um maior distanciamento dos valores ensinados pelos pais.

Nesse ponto é importante ressaltar que não é o encontro com a comunidade surda e com a língua de sinais que causa o distanciamento dos surdos em relação à família de origem. Esse distanciamento já acontecia quando ainda não conhecia os surdos. Este distanciamento se deve à

impossibilidade de compartilhar a língua materna com sua família e todas as conseqüências que essa impossibilidade gera no surdo e em seus pais.

No momento em que os surdos têm acesso a uma língua, surge a oportunidade do estabelecimento de uma comunicação com seus familiares se estes buscarem o aprendizado da língua de sinais. Porém, em geral isso não acontece e, familiares e surdos passam a falar línguas diferentes: os pais e irmãos falam a língua oral e o surdo a língua de sinais.

Em conseqüência, o surdo passa a ocupar um lugar que é considerado como estrangeiro naquele núcleo familiar. O surdo é aquele que tem outra língua e outra cultura, aquele que vem de um outro lugar - um lugar espaço-visual - que não compartilha das mesmas experiências vividas pela família. Ao contrário, carrega uma outra história, a história de um mundo visual e não auditivo, a história da comunidade surda.

E, é nesta comunidade que se reconhece, é com o que ela tem de mais particular – a língua de sinais – que com ele faz o laço, propiciando a emergência de um sujeito falante, falante de uma língua estrangeira em relação à língua materna.

Esquecimento dos sinais caseiros

Conforme os surdos vão aprendendo a língua de sinais e começam a interagir na comunidade surda, observa-se um grande empenho por parte deles, para ter a fluência na língua de sinais e serem reconhecidos pela comunidade surda.

Esta, em geral, mostra-se rígida quanto a exigência do abandono dos sinais caseiros que são considerados ‘feios’, ‘errados’ e que ao surgir na comunicação, torna-se motivo de piadas e brincadeiras por parte da comunidade surda. Isso acarreta no abandono dos sinais caseiros, apontando para o movimento de esquecimento da linguagem familiar. Isso gera, em algumas situações, conflito na família de origem devido à mesma continuar utilizando os sinais caseiros.

Muitas vezes os pais não aceitam que o filho tenha abandonado a comunicação criada entre eles e, exigem que o filho continue se comunicando com os sinais caseiros. Na contrapartida, os filhos se negam a continuar utilizando os sinais caseiros e solicitam que os pais aprendam a língua de sinais para se comunicarem com eles. Esses conflitos acabam criando situações muito difíceis para pais e filhos.

UNIDADE IV – A FAMÍLIA E O SURDO

Segundo Lacan (1938) a família tem um significado cultural muito importante na sociedade e para a estruturação do sujeito. É através dela que o filho nasce de modo cultural (descendência) e não somente biológico (hereditariedade). É função da família, assegurar o nascimento cultural que reconhece o filho na árvore genealógica familiar e, conseqüentemente, na comunidade em que está inserido ao lhe dar um nome próprio, nome este que contém a descendência da família (sobrenome).

Também, é função da família transmitir a cultura – tradições, rituais e costumes da comunidade, e lutar pela manutenção dos mesmos. É ela que ensina o certo e o errado, colocando normas para respeitar a lei da comunidade, cabendo a ela a primeira educação e a aquisição da língua materna. Com isso, ela preside os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico.

Para os surdos filhos de pais surdos a família exerce sua função de transmissão da língua e da cultura de forma espontânea. Já para os filhos surdos de pais ouvintes a família passa por um processo particular para exercer sua função na transmissão da língua e da cultura. Mas não é somente na transmissão que a família depara-se com dificuldades.

Essas são ampliadas a outras como: ter que se adaptar a um membro que ‘não fala a mesma língua’, que carrega o estigma da deficiência quebrando com o ideal do filho perfeito e que sofre o preconceito social. Abaixo estaremos discutindo algumas das dificuldades citadas.

A descoberta da surdez

Françoso (2003), ao abordar sobre o trabalho a ser desenvolvido com os pais dos surdos diz que, muitas vezes é trabalhar com o luto. O diagnóstico da surdez do filho pode ser tão grande quanto à morte de alguém. Assim, atitudes que os pais apresentam frente ao seu filho como, por exemplo, a falta de participação ou de envolvimento para com o filho, significa a dificuldade em assimilar e aceitar a surdez do filho. A falta de aceitação da surdez por parte dos pais e demais familiares, deve ser levada em consideração e avaliada sob vários aspectos. Em geral, relaciona-se a não aceitação a uma rejeição do filho surdo. Porém, se ampliarmos o foco de entendimento, veremos que a não aceitação pode significar que a família necessita de um tempo maior para assimilar e se adaptar a uma situação que é nova e desconhecida.

A autora comenta que ao tentar responder o que é ser pai/mãe de um filho surdo surge uma série de sentimentos que são vividos com muita intensidade. Estes sentimentos são vividos com intensidade no período da descoberta da surdez do filho e podem perdurar por muito tempo. Entre eles a autora cita:

- inadequação e raiva – sentem que foram ‘roubados’ do sonho do filho perfeito e das expectativas que criaram para aquele filho que nasceu tão diferente do que esperavam.
- impotência – com o nascimento do filho surdo vivem a sensação de não poder fazer nada, de não poder mudar essa realidade, vivem uma sensação de impossibilidade que os assustam.
- sentimento de perda do controle e de liberdade pessoal.
- culpa – pensam ter feito algo que causou a surdez do filho e se culpam por isso. Em muitos casos os cônjuges se acusam, buscando um culpado para o nascimento do filho ‘deficiente’ gerando conflitos sérios no relacionamento do casal.
- vulnerabilidade – medo e ou receio de serem reconhecidos nas suas dúvidas, incertezas, nas fraquezas frente o enfrentamento da situação.
- confusão – nos estágios iniciais de aprendizagem os pais se mostram, geralmente, confusos frente às informações que recebem. Essas informações, às vezes chegam a ser contraditórias, sendo sentidas como ameaçadoras. Ex: Por um lado os pais são orientados pelo médico que o filho precisa ser protetizado e começar o mais cedo possível a aprendizagem da língua oral com uma fonoaudióloga e, por outro, são orientados a matricular o filho na escola de surdos para ter acesso o mais cedo possível a língua de sinais e a comunidade surda e que o aparelho auditivo não é necessário. Ficam na dúvida e não sabem em quem devem acreditar qual o caminho mais adequado para o filho.

Além desses aspectos Rossi (2003) observa que do nascimento até a suspeita da surdez a relação com a criança é livre de “culpas”. Embora o processo pós-parto seja estressante e exija adaptações na família, é um tempo de forte carga afetiva entre os pais e o bebê, expressado por beijos, cantigas e brincadeiras que constituem uma linguagem e fazem parte da relação comunicativa que se estabelece entre pais e filho. Isso muda radicalmente quando surge o diagnóstico da surdez. Os pais passam a ter “pena” do filho e olham-no com tristeza, tendendo a se culpar pela situação.

Essa mudança de comportamento altera significativamente a relação entre pais e filho, e compromete o vínculo entre eles. Os pais passam a se sentir pouco à vontade para brincar com o filho que não escuta, surgindo a dificuldade de construir uma interação comunicativa com o filho surdo, principal queixa dos filhos surdos para com a sua família.

Para Rossi essas situações ocorrem devido aos pais, ao se depararem com o diagnóstico de surdez do filho, se perdem no seu papel de pais, sendo fundamental resgatar a relação pais e filhos, para que possam “falar” com seus filhos, favorecendo a aquisição de linguagem e que a relação pais e filhos se dêem na interação diária com a linguagem.

Nessa direção Martins (2003) afirma que a mãe ouvinte de filho surdo é pega de surpresa ao receber o diagnóstico de surdez, colocando-a frente a uma nova condição de comunicação, onde as expressões verbais não terão quase nenhum efeito sobre o filho. Ao contrário, as expressões não verbais que acompanham a fala é que serão aquelas que, de início farão alguma diferença. Assim, a mãe deixa de ter retorno nas suas comunicações orais com o mesmo e isso a remete a não saber como cumprir, de forma plena, aquela parte da função materna que seria a da transmissão da língua materna.

De um lado a criança deixa de balbuciar, de outro, a mãe deixa de transmitir ao filho suas suposições, de oferecer-lhe sentidos e significantes que permitem e construir suas hipóteses. Mesmo assim, o autor diz que ocorre alguma transmissão, mas na ordem do improvisado, visto que as mães não dominam a língua de sinais. O mais comum é uma convivência resignada com a surdez e pouco interativa com o filho, dirigindo-lhe eventualmente um sinal, ou uma palavra, apenas quando necessário.

Essas dificuldades em relação à comunicação são discutidas por Sacks (2002) que analisa os conflitos que se estabelecem nos pais, quando, ao se depararem com a surdez do filho, percebem a sua impotência frente à diferença lingüística e a necessidade da participação da comunidade surda na formação do filho. Esta vem através do ingresso, já nos primeiros anos de vida do surdo, nas escolas especializadas e nas associações de surdos. Esse contato com a comunidade surda dá-se, então, num momento muito delicado e provoca nos pais, um sentimento de que a comunidade surda está “roubando” o seu filho.

Ao contrário disso, o autor diz que a comunidade surda é o maior recurso existente para uma criança surda, e pode ser [com a cooperação dos pais] uma força libertadora, permitindo à criança adquirir uma língua e desenvolver-se o seu próprio modo. Para isso é necessário que “

(...) os pais tenham uma especial generosidade de espírito para perceberem isso – para perceberem seu filho surdo como ele é, para libertá-lo dos desejos e necessidades deles próprios e permitir-lhe desenvolver-se como um ser livre e independente – ainda que diferente...” (p.132).

Para exemplificar essa situação, Sacks cita uma carta recebida da mãe de um surdo, ao receber o diagnóstico de surdez de seu filho aos cinco meses de idade devido à meningite. Recorta o seguinte trecho: “(...) isso significa que da noite para o dia ele subitamente se tornou um estranho para nós, que de algum modo ele não nos pertence mais, e sim ao mundo dos surdos? Que ele agora é parte da comunidade surda, que não temos direito sobre ele?” (p.131).

O autor conclui que esse medo de que o filho surdo venha a tornar-se um estranho para os pais e de que será ‘roubado’ pela comunidade dos surdos, é expresso por um grande número de pais de crianças surdas. Em consequência desse medo de perder os filhos para os surdos, os pais privam os filhos do contato com a comunidade surda e com a língua de sinais, possibilitando-lhes somente o contato com a língua e cultura ouvinte.

Outro aspecto apontado pelo autor é a promoção da diferença na família. Esta diferença é marcada pela surdez do filho e provoca um sentimento de estranheza, tanto por parte dos pais quanto do filho surdo, fazendo com que o filho surdo pareça um estrangeiro dentro da própria família.

A vivência desse sentimento de estranheza provoca um outro sentimento – o sentimento de ambivalência - expresso na forma como agem com o membro surdo, a saber: algumas vezes aceitando-o e buscando aprender a sua língua, outras o rejeitando, outras negando a surdez e exigindo que o filho surdo fale oralmente e outro superprotegendo-o.

Quando os pais vêem o filho como deficiente

Quando falamos sobre o lugar que o filho surdo ocupa no simbólico dos pais, em muitos casos, nos deparamos com o lugar do deficiente. Colocar o filho nesse lugar da deficiência acarreta a manutenção de uma relação onde mãe e filho não se separam, ficando presos numa relação sufocante que aliena a ambos. É uma relação onde mãe e filho não conseguem avançar, ficando envolvidos nas impossibilidades e carências que a surdez suscita.

Nesse tipo de relação o Outro – representado pela mãe - está sempre presente, interpretando o que o filho diz, dando-lhe comida na boca, chegando a situações graves onde a separação não se dá nem para dormir. O filho chega à adolescência ou a vida adulta, com

dificuldades em realizar tarefas básicas como: ir ao banheiro, alimentar-se, cuidar da higiene pessoal, transporte. Essa relação de dependência não é somente a dependência do surdo para com a sua mãe, mas também uma relação de dependência dos pais para com o filho surdo. Ou seja, os pais necessitam se ocupar do filho 'deficiente' por dificuldades deles e não devido à surdez do filho.

Esta é apenas uma desculpa para a atitude de zelo absoluto sobre o filho. É por isso que, em muitos casos, encontramos uma resistência por parte dos pais de se separar do filho, incentivá-lo a ser independente... A justificativa dos pais para a manutenção da dependência é de que tentam ensinar o filho, mas que ele não aprendeu.

Para o surdo sair desse lugar de dependência total ao Outro, para sair dessa relação alienante precisa se separar dessa mãe que faz tudo por ele, que não permite que ele possa fazer por si mesmo. E, a mãe precisa deixar o filho ir, compreender que o filho não pode ficar no lugar daquele que a completa, como se fossem um só.

É muito difícil para as mães que ficam nesse lugar, pois elas vêem o filho como uma extensão delas. Por trás dessa situação percebe-se uma grande dificuldade em enfrentar a surdez do filho. Em muitas falas de mães e também de pais encontra-se a negação da surdez do filho, evitando ter que se ver de frente com a impossibilidade do filho ouvir e a impossibilidade de não ter como reverter essa situação.

Vorcaro (1999) aponta que quando os pais se deparam com a surdez do filho vêem-se de frente com a idéia de insuficiência do filho, que é assimilada como equivalente à debilidade ou à morbidade. Os pais perdem a imaginação em relação aos sonhos que acompanhavam a chegada do filho e passam a olhá-lo sob a ótica da imperfeição. Com isso, o bebê surdo perde o lugar de destaque na família que geralmente acontece quando nasce um filho, comprometendo a relação entre os pais e o bebê.

Mathelin (1997) denuncia que, mais grave do que isso é quando a mãe, ao se deparar com um filho tão diferente daquele que ela imaginou e que se preparou para receber e amar entra em pânico, em desespero, não podendo, muitas vezes, se reconhecer como mãe daquele filho tão diferente do sonhado. Se a mãe não consegue se reconhecer como mãe deste filho, este, também estará impossibilitado de se reconhecer como filho dela.

Predomínio da língua oral no ambiente familiar

Outro aspecto significativo nas relações familiares é o predomínio da língua oral no núcleo familiar. Lichtig, Couto e Cárnio (2000, p.48) dizem que:

De um modo geral, a mãe ouvinte brasileira usa a Língua Portuguesa Oral, mesmo que esteja aprendendo a língua de sinais. Em nossa experiência observamos também, que quando a criança surda não tem um domínio da língua oral, muitas vezes as mães sinalizam e falam ao mesmo tempo, utilizando a comunicação total. Este fato é preocupante, pois, deste modo a criança surda acaba recebendo somente fragmentos da língua oral e da língua de sinais, o que é extremamente prejudicial para o desenvolvimento de linguagem do surdo.

Lodi (2000) refere que falar e sinalizar ao mesmo tempo privilegia a organização temporal da oralidade colocando os sinais em posição subordinada à organização temporal da fala. Como conseqüências, as informações em sinais, ficam reduzidas e fragmentadas perdendo-se as relações entre a informação e sinais e informações e fala.

Ao manter a língua oral como principal meio de comunicação e apresentar um movimento de resistência em relação à aprendizagem da língua de sinais – língua natural dos surdos – a família reproduz a ideologia do social, priorizando a língua dominante sobre o membro surdo, mesmo sabendo da impossibilidade do surdo em vir a escutar e a falar a língua oral.

O caso é mais grave quando há por parte das famílias uma exigência de que o surdo fale oralmente e uma proibição do acesso à língua de sinais. Essa situação cria muita angústia no surdo e na família, pois por mais que o surdo se esforce participando dos programas de aprendizagem da língua oral imposto pela família, geralmente obtém um resultado abaixo do esperado.

Impotência frente à língua de sinais

Quando o filho surdo se depara com a língua de sinais estabelece-se uma linha divisória, entre o antes e o depois na relação dos surdos com seus pais, desencadeando uma mudança radical para com a função dos pais.

Para Vorcaro (1999) a impotência que os pais sentem frente à comunicação com seu filho é um aspecto importante, pois não são poucas as situações onde os pais recorrem a ajuda de uma terceira pessoa que pode ser profissionais que atuam com surdos, surdos que têm bom residual auditivo, outros pais que dominam a língua de sinais e outros, para mediar a sua conversa com os filhos surdos. Só com essa interferência é que conseguem levar ao filho surdo a sua palavra, ou

seja, a transmissão dos valores, das leis, dos costumes da família.

Essa intermediação de um terceiro entre pais e filho surdo implica numa interferência do vínculo privado entre pais e filhos. Essa situação, em muitos casos, tem como consequência um distanciamento cada vez maior dos pais que são vistos pelo filho surdo como incapazes.

Outro aspecto é o medo que os pais têm de que o contato com a comunidade surda e a língua de sinais acabe com o vínculo entre eles e seu filho. Isso se deve à dificuldade dos pais em se confrontar com a surdez do filho e com a exigência que esta lhes impõe, a saber, se submeterem a aprender com um especialista a língua de sinais para poderem exercer suas respectivas funções de pai e mãe.

Como vimos, através do encontro com a comunidade surda, o surdo depara-se com o fato inevitável de que na família e na comunidade em que vive a língua e a cultura é outra, estabelecendo-se um confronto entre a cultura familiar e social a qual estava submetido e a nova língua e cultura.

Essa situação instala um conflito, no que concerne a particularidade do exercício da função de pai e mãe, na medida em que, ao se apropriar da língua de sinais e da cultura surda, o surdo passa a ocupar o lugar de estrangeiro na família, lançando-se em busca de novos modelos identificatórios, como os surdos mais velhos, encontrando uma nova referência de valores, normas, leis que são fornecidas pela comunidade surda. Passam a sentir a comunidade surda como sendo sua família, pois é nela que se reconhecem, é nela que compartilham as mesmas experiências, os mesmos sofrimentos e alegrias, a mesma língua, um mesmo modo de pensar e agir.

Os familiares e a aprendizagem da língua de sinais

Para haver uma mudança na impotência que os pais sentem frente à língua de sinais faz-se necessário que se proponham a aprender a língua de sinais. Porém, são raros os familiares, em especial os pais, que se dispõem a aprender a língua de sinais e se comunicar através dela com seus filhos.

Vorcaro (1999) diz que, em geral, os pais ao serem convidados a aprender a língua de sinais queixam-se das dificuldades que têm em aprender uma nova língua, de ter que dispor de tempo e ir até a escola para aprendê-la e da falta de habilidade motora que a tarefa exige. Aos que se submetem à aprendizagem da língua de sinais as queixas apresentadas estão relacionadas a

impossibilidade de entender os sinais feitos por seus filhos, não só porque diferem daqueles que aprenderam no curso, mas também por não acompanharem a rapidez com que seus filhos articulam os sinais. Com isso, os pais acabam desistindo de aprender a LIBRAS.

Ao analisar essa situação a autora diz que após o diagnóstico de surdez a necessidade de superar o sofrimento de ter um filho em que falta a audição leva a resistência de alguns pais para com o uso da língua de sinais.

Aprender e fazer uso da língua de sinais denuncia de imediato a surdez que é tomada por muitos pais como defeito que deve ser escondido. Com isso, desenvolve-se uma rejeição frente à aprendizagem da língua de sinais, de ter um filho surdo ou de ter que se expressar de uma forma na qual não se está acostumado, que pode levar à rejeição do próprio filho e o seu conseqüente isolamento.

UNIDADE V – A ESCOLA E O SURDO

Realizando um percurso histórico encontramos o pensamento da Antigüidade e de quase toda a Idade Média acerca da concepção dos surdos como imbecis, sem razão, desprovidos de pensamento lógico e, por isso, sem condições de educação. Ao longo da Idade Média são poucas as menções a respeito da educação de surdos e algumas referências feitas nesse período são de cunho milagroso. Mantinha-se a idéia de que os surdos de nascimento estavam impossibilitados de aprender a falar e a receber educação.

A partir do século XVI, ocorre lentamente uma mudança de visão e, pela primeira vez, admite-se os primeiros programas sistemáticos de educação. Acreditava-se que os surdos podiam ser educados se houvesse procedimentos pedagógicos adequados, ou seja, através da escrita.

O propósito da educação era que os surdos pudessem desenvolver o pensamento, adquirir conhecimentos e comunicar-se com o mundo ouvinte. Para isso, procurava-se ensinar os surdos a falar e a compreender o que era falado através da leitura labial, a ler e escrever e a comunicar-se mediante o uso do alfabeto digital. Este vinha como um apoio ao ensino da língua oral e não como um fim em si mesmo, as pessoas envolvidas com uma criança surda deveriam ser capazes de utilizar o alfabeto manual.

Com a entrada do século XVIII, surge o movimento iluminista onde nasceu a construção científica da surdez. Esta, segundo Sanches (1990, p.49), reforçou a meta da educação na direção do ensino da fala. A educação se converteu no meio e no fim da reabilitação do surdo, iniciando-se uma pedagogia corretiva, nascendo o movimento oralista... Paralelamente, havia os defensores de uma pedagogia que levasse em consideração a comunidade surda em seus aspectos culturais, lingüísticos e sociais.

Ao se referir a essas duas abordagens Sanchez (1990, p.50) diz que os que acreditavam na pedagogia corretiva visavam a reabilitação, negando a surdez. Impuseram a condição da oralização para que os surdos pudessem ser merecedores da aceitação social excluindo a possibilidade educativa, de desenvolvimento pessoal e de integração à sociedade, obrigando-os a forjar uma subcultura clandestina, encerrando-se em seus próprios recintos, onde seria mais fácil ignorá-los.

Já, os que acreditavam na educação dos surdos foram capazes de ver que os mesmos

apresentavam-se atravessados pela linguagem e possuíam uma língua que, embora diferente, era eficaz para a comunicação e lhes abriam portas para o conhecimento e da cultura.

Ao longo do século XX continuaram as divergências de opinião sobre a educação de surdos que se definem entre as duas propostas ideológicas: a oralista e a não-oralista instaurando-se instituições de ensino voltadas para as duas propostas.

Ao analisarmos as relações do surdo e da comunidade surda na educação recortaremos dois eixos: a representação social da escola para os surdos e sua comunidade e as relações dos surdos e sua comunidade com o pedagógico.

Tomando o primeiro eixo percebemos que independentemente do seu percurso histórico a escola, desde que se fez presente na vida dos surdos, extrapolou o pedagógico. Significou e ainda significa mais do que um local de aquisição de conhecimentos científicos acumulados ao longo da história da humanidade; é o local também, onde os surdos se conhecem, propiciando a entrada na comunidade surda e no universo simbólico ao serem apresentados à língua de sinais e a cultura surda.

A escola marca o início de um novo tempo, tempo marcado inicialmente por um sinal recebido, em geral, na escola com o fenômeno do batismo (já descrito em unidade anterior), tempo de aprendizagem da língua de sinais com seus pares, de contato com a história e cultura surda, tempo de sair da solidão e do isolamento ao se depararem com outros iguais a si, percebendo que não são únicos no mundo.

Sendo assim, a escola é, na maioria das vezes, a porta de entrada para o início de uma vida social. A partir da escola criaram-se outros pontos de encontro da comunidade surda como: bares, quadras de futebol, praça e a casa de alguns surdos mais velhos. A escola, então, tornou-se um padrão fundamental de transmissão da cultura surda, transmitindo a história e a cultura dos surdos de geração em geração.

Sacks (2002) ao se referir às escolas americanas que funcionam como internatos aponta que:

O aspecto mais significativo do internato é o dormitório. Nos dormitórios, longe do controle estruturado da sala de aula, as crianças surdas são iniciadas na vida social dos surdos. No ambiente informal do dormitório, as crianças não só aprendem a língua de sinais, mas também o conteúdo da cultura. Desta maneira, as escolas tornam-se eixos das comunidades que as cercam, preservando para a geração seguinte a cultura das gerações precedentes. (...) Esse padrão único de transmissão está no cerne da cultura. (...) Não existe um equivalente exato, no mundo ouvinte, ao papel crucial dos colégios internos para surdos, clubes para surdos, etc.; pois estes são, sobretudo, lugares onde os surdos encontram um lar. Os jovens surdos, infelizmente, podem sentir-se bastante isolados, até

mesmo separados, em sua própria família, em escolas de ouvintes, no mundo ouvinte; mas é possível que descubram uma nova família, um profundo senso de chegada ao lar, quando encontram outros surdos. (PADDEN; HUMPHRIES apud SACKS, p.150).

Quando as escolas não funcionam como internato, essa troca lingüística-cultural se dá nos momentos informais como recreios, entrada e saída da escola.

O território escolar, quando não marcado pela repressão oralista, possibilitou e ainda possibilita discussões da comunidade surda, a organização de associações de surdos, de protestos contra a discriminação, de luta por direitos... E, como vimos mesmo os marcados pela repressão oralista, por mais que tentassem calar o surdo ao propor o ensino da fala (oral) não conseguiam calar a comunidade que nos intervalos se reunia e discutia suas questões.

Em relação ao segundo eixo que se refere às relações do surdo e sua comunidade para com o pedagógico nos reportamos aos prejuízos que a condução pedagógica, ou melhor, dizendo que a não condução pedagógica, no caso da educação oralista acarretou para os surdos individualmente e na sua coletividade.

O fato de a educação oralista ter privilegiado o ensino da fala através de métodos centrados na reabilitação e pautados na representação social da deficiência deixaram para segundo plano a inserção do surdo no ensino regular. Primeiramente o mesmo deveria ser submetido ao projeto de reabilitação e, ao atingir os objetivos de uma fala razoável, era encaminhado ao ensino regular.

Conseqüentemente, o acesso a escolarização se dava de modo tardio. Ao chegarem à sala de aula, ficavam totalmente descontextualizados da idade dos colegas de sala, não compartilhavam a mesma língua do professor e dos colegas, inviabilizando uma interação satisfatória. Não são poucos os depoimentos de surdos a esse respeito.

Em geral descrevem esse período como muito sofrido devido a barreira lingüística e ao preconceito e discriminação por parte de colegas e professores ouvintes. Como não tinham acesso a língua oral nem pela oralidade e nem pela escrita, ficavam na sala observando, tentando entender o conteúdo, mas só o conseguindo de modo fragmentado. Tinham dificuldades em interpretação, abstrações e compreensão dos conteúdos apresentados, apresentando grande falta de conhecimento, insegurança na execução de avaliações, falta de leitura do mundo e de conceitos próprios, acarretando num 'atrofiamento' de conhecimento que levava a uma dificuldade de assimilação e compreensão.

Frente a essa realidade além das dificuldades de aprendizagem surgiam problemas emocionais e de comportamento. Os surdos apresentavam uma apatia, um desinteresse e uma aversão pela escola. Muitos não queriam mais ir para a escola; outros iam e permaneciam dormindo em sala de aula; outros brigavam... Conseqüentemente, muitos surdos não adquiriram a terminalidade dos estudos, permanecendo com baixa escolaridade.

Também houve um número significativo de abandono da escola, levando o surdo e sua comunidade a uma situação de marginalização social, pois tidos como incapazes cognitivamente, emocional e socialmente permaneceram e, ainda hoje muitos ainda permanecem alienados do contexto a qual estão inseridos.

Essa realidade serviu de suporte para aumentar as estatísticas de que o surdo, por ser deficiente, apresenta problemas cognitivos, problemas emocionais e de sociabilidade, reforçando as idéias oralistas da incapacidade e da clínica do *déficit*.

A escola com a proposta bilíngüe vem para subverter essa realidade ao proporcionar uma condução pedagógica pautada no duplo valor político: o político como uma construção histórica, cultural e social e, o político entendido como as relações de poder e conhecimento que atravessam e delimitam o processo educacional. Com isso inauguram a polêmica sobre as identidades, o multiculturalismo, as relações de poder, a questão do ensino especial e, principalmente, alerta sobre o fazer pedagógico no ensino de surdos.

Com a implantação das escolas bilíngües os surdos passaram a ser ouvidos, a sua língua e sua cultura reconhecidas, possibilitando-lhes ter acesso aos conteúdos em sua língua. Como conseqüência, passa a dominar os fundamentos do conhecimento científico, entender como funciona a sociedade, a ter recursos para contar a sua história e serem sujeitos da história. Passam da condição de ser falados e contados para falar e contar de si e de sua cultura. Passam a ser cidadãos capazes de criar novas perspectivas, formas alternativas igualmente eficazes da realização da condição humana, possibilitando a apropriação de todos os aspectos humanos, tanto na dimensão biológica quanto na dimensão psicológica.

Ao ter contato com a educação bilíngüe os surdos mudam completamente a sua opinião sobre a escola. Se, no oralismo eles a abandonavam, no bilingüismo eles possuem uma freqüência assídua, demonstram interesse pelo conhecimento desenvolvido em sala, perguntam sobre o conteúdo, demonstram curiosidade pelos temas, procuram aprofundar o que lhes interessa, vislumbram a terminalidade como algo concreto, real, possível de acontecer. Atualmente temos

muitos surdos que conseguiram terminalidade no ensino fundamental, médio e superior. Conseqüentemente, os surdos estão se profissionalizando na área que tem interesse, saindo da marginalidade a qual estavam submetidos durante tantas décadas.

Relatos de professores e pais comentam a mudança de comportamento na escola e na família, descrevendo os surdos como mais felizes, menos irritados, mais calmos, mais atentos ao seu redor, interessados, curiosos, questionadores, exigentes de atenção, conversando e se comunicando, transmitindo idéias para a família e os colegas da escola conseguindo trocá-las de modo construtivo. Assim os alunos e os pais reiteram que o bilingüismo é a proposta pela qual desejam que seja conduzida a escolaridade.

A família passa a participar mais da educação do filho surdo, já que a escola bilíngüe propõe uma relação de diálogo entre escola e família, buscando construir coletivamente uma relação de troca de saberes, identificação de demandas e construção de propostas educacionais compatíveis com a realidade de seus alunos. Diferente da escola oralista onde a família e o surdo não tinham espaço para opinar e que chamava a família somente para colher informações para o enquadramento de suas propostas pedagógicas e/ou para denunciar comportamentos considerados irregulares tanto dos surdos como dos próprios familiares.

UNIDADE VI – O TRABALHO E O SURDO

O trabalho, junto com a família e a escola, representa um importante laço com a sociedade. Através dele o indivíduo pode alcançar a autonomia, independência e dignidade. O trabalho é fundamental para o indivíduo estabelecer laço social no meio em que vive. Portanto, para compreendermos as questões que envolvem o surdo e o trabalho é importante relacionarmos este tema aos demais trabalhados anteriormente.

Ao remetermos essas considerações iniciais para a história da surdez verificaremos que essa relação trabalho e surdez passaram por momentos de glória com o avanço dos estudos da escola francesa de L'Épée (1775) onde formou vários surdos pelo continente europeu e para outros continentes, possibilitando aos surdos o exercício do magistério e de outras profissões e por momentos difíceis como no Congresso de Milão (1880) que destituiu as escolas de surdos e tentou exterminar as associações de surdos e a língua de sinais, gerando um prejuízo enorme para a formação acadêmica e, conseqüentemente de trabalho para a comunidade surda ao reforçar a idéia de incapacidade intelectual e produtiva do surdo, gerando sérias conseqüências nas relações sociais, em especial na família.

Esta, por absorver os princípios veiculados pela filosofia oralista, passa a olhar o surdo como deficiente, considerando-o incapaz de ser autônomo, de aprender, de ter responsabilidades e assumir compromissos, ou seja, de conquistar a sua independência. Percebemos esta realidade quando deparamos com surdos adultos que nunca freqüentaram a escola, ou o fizeram tardiamente ou ainda, surdos adultos que dependem da mãe ou de outro familiar para acordá-lo pela manhã para se preparar para as atividades do dia (ir à escola, ao trabalho, etc.). Estes são apenas alguns exemplos do quanto os surdos, mesmo adultos, são tratados como eternas crianças; e, muitos aceitam esta condição, se relacionando com a sociedade desta forma (dependentes, sem compromisso, imaturos e irresponsáveis).

Assim como a família, a escola sofreu importantes influências da filosofia oralista, acarretando num prejuízo para a formação profissional do surdo. Com o objetivo de reabilitá-lo, acabou não priorizando a escolaridade, requisito fundamental para o mercado de trabalho, e não promovendo debates e projetos que considerassem o futuro profissional do surdo. Este fato é constatado quando encontramos surdos adultos que não têm documentos básicos, como carteira de identidade (R.G.), cadastro de pessoas físicas (CPF), carteira de trabalho e título eleitoral.

Observa-se também a baixa escolaridade, pouca ou nenhuma formação técnica o que empobrece o currículo do trabalhador em potencial.

Ao propormos uma discussão mais profunda sobre a temática do trabalho e da surdez tomaremos Klein (1999) em seu trabalho *A formação do surdo trabalhador: discursos sobre a surdez, a educação e o trabalho* onde afirma que as associações e clubes de surdos sempre desenvolveram ações ligadas ao mundo do trabalho. Situa o surgimento das associações de surdos no período compreendido entre 1866 a 1893.

Os objetivos e realizações dessas associações compreendiam o lazer, a recreação e assistência e, de modo privilegiado, a preocupação com o trabalho. Exemplifica dizendo que a primeira associação dinamarquesa de surdos foi constituída a partir do encontro de artesãos, motivados pelo desejo de discutir a realidade de trabalho daquele momento histórico, que era marcado por mão-de-obra mal escolarizada ocorrendo, em conseqüência, uma exploração por parte das indústrias.

Devido a essa realidade, as associações tiveram um papel fundamental ao abrir um espaço para discussão dos problemas dos operários, dos sindicatos, etc, propiciando treinamento para os surdos para uma qualificação melhor, bem como nas negociações na busca de conquistas legais de garantia de educação e trabalho. Conseqüentemente, os surdos puderam ascender socialmente no emprego.

Para a abertura de espaço de discussão, as associações de surdos uniram-se com os movimentos dos cegos, dos deficientes físicos e mentais, empreendendo campanhas que visavam propagar os direitos dos cidadãos com deficiência: direitos a atendimentos qualificados, a educação, ao lazer, à profissionalização, ao emprego. Essa busca pelo direito ao emprego e ao trabalho estava associada à possibilidade de independência e de autonomia das pessoas surdas.

Klein (1999) coloca que no Brasil a conquista das associações de surdos foi a reserva de mercado inscrita na Constituição Federal, artigo 37º, inciso VIII e a Instrução Normativa nº5 de 3008/1991 do Ministério do Trabalho e da Previdência, que institui o programa de treinamento profissional junto às empresas. Essa normativa oferece atividades com fins terapêuticos de reabilitação que ocorre sob a tutela de entidades que têm o objetivo de dar assistência ao deficiente.

A autora aponta que em ambas as leis a concepção de sujeito é pautada na deficiência e as ações que são propostas partem da idéia de reabilitação e de normalização. Também denuncia

que o discurso veiculado pelas escolas de surdos e pelas associações, no esforço de demonstrar as competências e eficiência dos surdos, reforça o paradigma da deficiência.

Para exemplificar essa situação a autora utiliza-se de extensa pesquisa em documentos, reportagens, materiais de divulgação veiculados pelas associações de surdos do Brasil, onde se encontra o termo deficiente com a letra “d” riscada, enunciando a palavra “eficiente” – Deficiente X Eficiente.

Segundo a autora, o reflexo que essa classificação deficiente/eficiente tem para as relações de trabalho reafirma o discurso social da deficiência. Este fala de uma deficiência que precisa ser superada, sendo o trabalho um espaço privilegiado para que isso aconteça. As escolas e os movimentos surdos ao encaminhar os surdos ao mercado de trabalho e ao tomar para si o encargo de reconhecimento da competência dos surdos têm uma prática próxima da tutela.

Preocupadas em convencer os empresários sobre a competência da pessoa surda, as associações acabam reafirmando e reinscrevendo o surdo na lógica da deficiência. Fazendo isso, elas demonstram em suas práticas que para que haja uma integração, torna-se necessária a intervenção por parte das associações, no sentido de transformar a deficiência em competência, requisito fundamental para a integração no mundo do trabalho.

Não estamos aqui desconsiderando a importância das associações de surdos, pois como já vimos, elas foram e continuam sendo fundamentais enquanto instrumento de luta pelos direitos da pessoa surda, bem como para a conquista de espaço na sociedade.

Porém, o foco das discussões relacionadas ao trabalho e à pessoa surda, deve ser o de informar e divulgar à sociedade como um todo que o surdo é tão competente e produtivo como qualquer outra pessoa, desde que preparado para tal. Ou seja, assim como encontramos pessoas ouvintes que estudam, são responsáveis, buscam se atualizar, que têm disciplina e compromisso com seus deveres, há também pessoas surdas com iguais qualidades.

Ao considerarmos esse aspecto, deixamos de lado as generalizações do tipo “todo surdo é competente e produtivo” e reconhecemos que há surdos mais e outros menos preparados para o mercado de trabalho e esta seleção acontecerá naturalmente como ocorre com os ouvintes. Fazendo isso, caberá ao próprio surdo fazer uma avaliação de seu preparo e currículo para a conquista de trabalho e é ele quem decidirá se há a necessidade ou não de buscar seu espaço profissional e como isto será feito.

É fundamental que as associações de surdos divulguem as conquistas destes movimentos pela causa surda, a evolução dos conceitos e do modo de ver e reconhecer o surdo. Além disso, é preciso que lutem para que a sociedade tenha consciência de sua co-responsabilidade na preparação profissional destes surdos. A comunidade surda precisa ser informada e orientada com relação aos direitos e deveres do trabalhador, bem como sobre as conseqüências pessoais e até legais de seus atos no ambiente de trabalho.

Outro aspecto que Klein analisa nos documentos, artigos e cartazes acerca do surdo trabalhador é a ausência da mulher surda trabalhadora. Diz que Skliar (1997) já apontava para a existência de uma definição única de surdo, desconsiderando as diferenças na categoria de surdos. Segundo a autora, encontra-se um estigma em relação à mulher “deficiente”, pois as famílias a protegem, não acreditam nas suas potencialidades, limitando assim, suas possibilidades de realização pessoal e profissional.

Porém, na história dos movimentos surdos há várias mulheres surdas que se destacam na luta pelo reconhecimento da Língua de Sinais, da valorização das pessoas surdas. Podemos citar Helen Keller (EUA), Carol Padden (EUA), Emmanuelle Laborit (França), Vera Strnadová (Tchecoslováquia), Gladis Perlin (Brasil), Mariane Stumpf (Brasil), Sônia Regina (Brasil), entre outras.

A capacitação profissional do surdo

Deve-se pensar a capacitação profissional da pessoa surda a partir da contextualização do mundo do trabalho, da realidade política-econômica-social do país. Segundo o INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos, atualmente esse contexto está marcado pela idéia da globalização onde o que é valorizado é a produtividade, a excelência, a qualidade total e a competitividade. Sendo assim, é imprescindível realizar programas que visem a capacitação para o trabalho.

Nesse sentido o INES esclarece que a capacitação não deve ser compreendida como sinônimo de treinamento para fins de exercício de uma determinada tarefa ou atividade, mas como a real possibilidade de um domínio sobre o fazer, propiciando a oportunidade de entender o que acontece, porque acontece, e que conseqüência terá esse acontecimento. Além disso, capacitar deve significar prazer àquele que faz e com o que faz. A capacitação profissional, assim

compreendida e abordada, possibilita ao surdo participar da sociedade, da construção da cultura e da cidadania.

Desse modo, aponta para uma forma de capacitação não de modo isolado, mas desde quando o ser humano inicia suas relações com o mundo. Então, família, escola, órgãos municipais, estaduais e federais e comunidade surda devem caminhar juntos na oferta de programas que vissem capacitar os membros da comunidade surda. E isso é um grande passo, já que vivemos uma realidade de exclusão social.

Se pensarmos pelo lado da comunidade surda, é um direito dela participar e cobrar políticas sociais que articulem e mobilizem os governantes para um olhar às diferenças e não para as deficiências. Esse é o grande desafio. Poder olhar para os surdos como sujeitos produtivos, participantes do tempo histórico a qual estão inseridos. Para a comunidade surda é muito importante que seus membros possam ter independência econômica, autonomia, etc.

Dificuldades enfrentadas pelo surdo em relação ao trabalho:

1. Falta de informações e preconceito relativo às potencialidades dos surdos;
2. Baixo nível de escolaridade;
3. Falta de cursos profissionalizantes que possuam profissionais habilitados em língua de sinais, possibilitando um real aproveitamento dos conteúdos ensinados;
4. As instituições de ensino como um todo (ensino fundamental, ensino médio e ensino superior) não oferecem infra-estrutura adequada para o atendimento aos surdos;
5. Os surdos, em muitos casos, recebem salários diferenciados (inferiores) se comparados aos salários de ouvintes, no exercício da mesma função;
6. Receio de não conseguir se comunicar com os surdos. A questão da língua pode ser contornada pelo desempenho na modalidade escrita do Português.

Para fazer frente às dificuldades descritas cabe, não somente, à família, à escola e aos órgãos públicos, mas também aos surdos abrir a discussão a esse respeito. É preciso lutar para a implantação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e promoção dos surdos, evitando que se submetam ao mercado informal de trabalho ou ainda, desempenhem funções que não são valorizadas socialmente. Para que isso seja possível, devem desenvolver ações em conjunto para a integração do surdo no mercado de trabalho.

No que se refere a estas ações, um aspecto fundamental é a questão da escolha profissional. Muitas vezes não são respeitadas as aptidões, habilidades, interesses, nível de

escolaridade da pessoa surda, restringindo suas opções de formação a poucos cursos devido à facilidade de intérpretes e/ou convênios firmados. Com isso não há o respeito ao surdo, às suas escolhas, aos seus desejos e suas inclinações.

Concluímos esta unidade afirmando que as questões relativas à formação profissional dos surdos englobam vários fatores que devem ser analisados conjuntamente, respeitando os aspectos lingüístico-culturais específicos da surdez, de modo a estimular e propiciar a autonomia, rompendo com o preconceito de que o surdo é improdutivo e incapaz e que necessita de tutela para o pleno e autêntico exercício da cidadania.

BIBLIOGRAFIA

BEHARES, Luiz Ernesto; PELUSO, Leonardo. A língua materna dos surdos. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro: INES, n. 6, p. 40-48, mar.1997.

_____. A aquisição da linguagem e interações Mãe Ouvinte – Criança Surda. In: SEMINÁRIO REPENSANDO A EDUCAÇÃO DA PESSOA SURDA, set. 1996, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Ed. Teatral, 1996, p. 20-36.

BENAVIDES, Florence; BOUKOBZA, Claude. A clínica do holding. In: WANDERLEY, Daniele de Brito (org.). **Palavras em torno do berço**. Salvador: Ágalma, 1997, p. 89-106.

BOTELHO, Maria Glória B. Pedagogia multicultural, polifônica e dialógica: redundância? **Revista Espaço**, Rio de Janeiro: INES, n.16, p.21-27, dez. 2001.

BUENO, José Geraldo Silveira. Diversidade, deficiência e educação. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro: INES, n.12, p. 3-12, dez. 1999.

DALCIN, Gladis. **Um estranho no ninho**: um estudo psicanalítico sobre a constituição da subjetividade do sujeito surdo. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Florianópolis. Centro de filosofia e ciências humanas. Programa de pós-graduação em psicologia. Florianópolis: UFSC, 2005.

FERNANDES, Eulália. **Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo**. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

FRANÇOZO, Maria de Fátima de Campos. Família e surdez: Algumas considerações aos profissionais que trabalham com famílias. In: SILVA, Ivani Rodrigues, KAUCHAKJE, Samira,

GESUELI, Zilda Maria (orgs.). **Cidadania, surdez e linguagem**: desafios e realidades. São Paulo: Plexus Editora, 2003.

FREUD, Sigmund. Psicologia de grupo e análise do ego (1921). In: **Obras completas**. vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p.89-179.

GEOVANINI, Fátima Cristina Melo. Da Psicanálise à surdez – uma escuta psicanalítica em instituição escolar para surdos. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro: INES, n. 8, p. 16-20, dez. 1997.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista. São Paulo: Plexus, 2002.

GONÇALVES, Luis Alberto C.; SILVA, Petronilha Beatriz G. **O jogo das diferenças**: o multiculturalismo e seus contextos. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

KLEIN, Madalena. **A formação do surdo trabalhador**: discursos sobre a surdez, a educação e o trabalho. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

_____. Cultura surda e inclusão no mercado de trabalho. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (org.) **A invenção da surdez**. Cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

LABORIT, Emmanuelle. **O vôo da Gaivota**. São Paulo: Best Seller, 1994.

LACAN, Jacques. **Os complexos familiares**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.

LANE, Harlan. **A máscara da benevolência**: a comunidade surda amordaçada. Lisboa: Horizontes pedagógicos, 1992.

LICHTIG, Ida; COUTO, Maria Inês V.; CÁRNIO, Maria Silvia. Linguagem e surdez. In: LACERDA, Cristina B. F. de; NAKAMURA, Helenice; LIMA, Maria Cecília (org.) **Fonoaudiologia, surdez e abordagem bilíngüe**. São Paulo: Plexus, 2000, p.44-55.

LODI, Ana Claudia Balieiro. Educação Bilíngüe para Surdos. In: LACERDA, Cristina B. F. de; NAKAMURA, Helenice; LIMA, Maria Cecília (org.) **Fonoaudiologia, surdez e abordagem bilíngüe**. São Paulo: Plexus, 2000, p. 64-83.

MARQUES, Juracy; MARTINS, Ricardo Viana. Língua de sinais e nome do pai. **Cadernos da Associação psicanalítica de Porto Alegre (APPOA)**, Porto Alegre, n. 8, p. 44-51, abril 2001

MARQUES, Carla Verônica Machado. Visualidade e surdez: a revelação do pensamento plástico. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro: INES, n.12, p.38-46, dez. 1998.

MARTINS, Ricardo Vianna. **Língua de sinais e subjetividade**. Porto Alegre, 2003. 170 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

MOURA, Maria Cecília. **O Surdo: caminhos para uma nova identidade.** Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

PERLIN, Gladis. **Identidades surdas.** In: SKLIAR, Carlos (org). *A surdez: um olhar sobre as diferenças.* Porto Alegre: Mediação, 1998.

PINTO, Patrícia Luiza Ferreira. Identidade cultural surda na diversidade brasileira. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro: INES, n.16, p. 34-41, dez. 2001.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

ROSSI, Tereza Ribeiro de Freitas. **Mãe ouvinte/filho surdo: a importância do papel materno no contexto do brincar.** In: SILVA, Ivani Rodrigues; KAUCHAKJE, Samira; GESUELI, Zilda Maria. *Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades.* São Paulo: Plexus, 2003. p. 99-112.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo de surdos.** São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SANCHES, Carlos M. G. **La increíble y triste historia de la sordera.** Caracas: Centro Profesional para Sordos (Ceprosord), 1990.

SILVA, Tomaz Tadeu de. A política e a epistemologia do corpo normalizado. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro: INES, n. 8, p. 3-15, dez. 1997.

SKLIAR, Carlos (org.) **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: **Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial.** SKLIAR, Carlos (org). Porto Alegre: Mediação, 1997.

_____. **Atualidade da Educação Bilíngüe: interfaces entre pedagogia e lingüística.** Porto Alegre: Mediação, 1999.

SOLÉ, Mara Cristina Petrucci. **A clínica psicanalítica em língua de sinais: reflexões de uma analista ouvinte sobre essa prática.** *Correio da Associação psicanalítica de Porto Alegre (APPOA)*, Porto Alegre, ano IX, n.88, p.50-59, mar. 2001.

_____. **A surdez enquanto marca constitutiva.** *Revista Espaço*, Rio de Janeiro: INES, n.10, p. 17-23, jun. 1998.

_____. **A surdez enquanto marca constitutiva da subjetividade: uma contribuição à pesquisa a partir da clínica psicanalítica com adolescentes surdos.** Porto Alegre, 1997. 146 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

STRÖBEL, Karin Lílian; DIAS, Silvania Maia Silva. **Surdez**: abordagem geral. Curitiba: Apta Gráfica e Editora, 1995.

VORCARO, Ângela. **Crianças na psicanálise**: clínica, instituição, laço social. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.